

GT-70



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
NO DISTRITO DE MANDIMBA**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em **Geografia** da Universidade Eduardo Mondlane.

Zeca Joaquim Ramadane Wacate

GT.70

Maputo, 2002

**MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO
NO DISTRITO DE MANDIMBA**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane por
Zeca Joaquim Ramadane Wacate

Departamento de Geografia
Faculdade de Letras
Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor: dr. Cláudio Mungoi

Maputo, 2002

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
<i>[Handwritten Signature]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>	<i>25/10/02</i>

06

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 29332
DATA 25/10/02
AQUI [Handwritten]
COTA 67-70

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi apresentada parcial ou integralmente, para a obtenção de qualquer grau, e que ela é o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AGRADECIMENTOS

O fruto deste trabalho é resultado do esforço de vários intervenientes que acreditaram na sua efectivação. De sonho para realidade, esta Tese de Licenciatura em Geografia foi possível graças ao apoio financeiro e material do Centro de Estudos da População (CEP) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) – através do «Projecto Moz/98/Po8», pelo que, fica o meu eterno agradecimento.

Rejúbilo e exalto-me da equipa técnica que incansavelmente orientou este projecto desde o início, estou grato a todos eles: especialmente, ao Prof. Doutor Manuel G. M. Araújo e ao meu supervisor dr. Cláudio Mungoi. Ainda, ao Prof. Doutor José Negrão, dr. Alexandre Baía, dr. Victor Muchanga, pela assistência didáctica e metodológica. Agradeço, igualmente, à todos os docentes do curso.

Meus familiares não ficaram de lado no processo da minha educação, por isso, à todos eles fica o meu sincero agradecimento. Antes de mais, aos meus pais, sr. Joaquim e, sobretudo, a Dona Ancha – minha querida mãe. Aos meus tios: Mussa e esposa (Rabia) – sem palavras. Ao Valgy e Edna, Mendes e Sofia, Cassamo e Nucha, e a Ana Maria – pelo apoio moral e material sempre a disposição – obrigado gente. À Neninha (Dilénia) pelo amor, carinho, motivação Gulschane e Gabi – minhas irmãs, pela moralização e incentivo nos momentos de fraqueza e desespero.

Também, agradeço, aos meus amigos de infância e colegas de turma, sem excluir algum. E à todos aqueles que, sem medida, contribuíram para a minha formação.

DEDICATÓRIA

Em memória ao Andarusse, meu tio e grande amigo, mais conhecido por Lande, que nunca chegará de apalpar esta obra como seria, certamente, do desejo dele.

Siglas e Abreviaturas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

AGP – Acordo Geral de Paz.

CEP – Centro de Estudos da População.

CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique.

CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

DINAGECA – Direcção Nacional de Geografia e Cadastro

EN 249 – Estrada Nacional nº 249.

EP2 – Escola Primária do 2º grau.

GIS/SIG – Sistema de Informação Geográfica.

IIRGPH – IIº Recenseamento Geral da População e Habitação.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IOM/OIM – Organização Internacional para Migração

I.S.D – Indicadores Sócio Demográficos.

P.A. – Posto Administrativo.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRE – Programa de Reajustamento Económico.

UNRISD – Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.

Resumo

Este trabalho de licenciatura em Geografia apresenta a temática sobre a Mobilidade Espacial da População nas suas diferentes acepções. A estrutura do trabalho obedece uma abordagem ao nível global, nacional e finalmente, analisando o mesmo fenómeno ao nível do distrito de Mandimba, particularmente, no que diz respeito às migrações, movimentos e ou circulação de pessoas. Procura-se analisar o contexto em que ocorre o fenómeno migratório, suas motivações e consequências ao nível espacial ou geográfico e demográfico.

O universo de análise recai sobre um período de grande importância para o país em geral e, particularmente, na vida da população do distrito de Mandimba, dado que, entre 1980 e 1997 ocorreram várias mudanças sociais, políticas e económicas que se repercutem no quotidiano das pessoas.

Associando-se à teoria dos lugares esquecidos pode dizer-se que a causa de emigração está relacionada com a pobreza, falta de iniciativas locais ou incentivos de desenvolvimento. A população percorre longas distâncias para o acesso a serviços básicos de saúde e educação.

Conclui-se que a corrente migratória dominante, na década de Oitenta à Noventa, tem ligação com o conflito armado que é o factor repulsivo, isto é, motivo principal das deslocações para o Malawi. A estabilidade sócio-política alcançada com o AGP é o factor atractivo causador do movimento inverso de regressados e ou

desmobilizados, facto que elevou o índice de masculinidade. E o grande entrave do intercâmbio migratório (circulação de pessoas e bens) é o estado precário das infraestruturas de transporte.

Lista de Tabelas

Tabela 1: Rede sanitária em Mandimba.

Tabela 2: Taxa de Migração Interna de Toda a Vida por província, Moçambique, 1997.

Tabela 3: Taxa de Migração Interna para a província de Niassa, período 1992-1997 e 1996-1997.

Tabela 4: Taxa de Imigração Internacional por períodos segundo províncias, Moçambique, 1997.

Tabela 5: Distribuição da População por Sexo e Índice de Masculinidade, distrito de Mandimba, entre 1980 e 1997.

Lista de figuras

Figura 1: Gráfico de distância relativa entre Assentamentos e Infraestruturas de transporte.

Figura 2: Gráfico de distância relativa entre Assentamentos e Serviços de Saúde e Educação.

Figura 3: População do distrito de Mandimba e Regressados na percentagem total da província de Niassa.

Figura 4: Pirâmides etárias da população do distrito de Mandimba, entre 1980 e 1997.

Mapa 1: Localização da área de estudo.

Mapa 2: Distribuição espacial da população de Mandimba por P.A., 1997.

Mapa 3: Croqui de orientação e limites da área de estudo.

Lista de anexos

- Anexo 1. Mapa 2: Croqui de orientação e Limites da Área de Estudo.
- Anexo 2. Mapa 3: Distribuição espacial da População de Mandimba por P.A., 1997.
- Anexo 3a: Distribuição da População do distrito de Mandimaba por Idade e Sexo, 1997.
- Anexo 3b: Distribuição da População do distrito de Mandimaba por Idade e Sexo, 1980.
- Anexo 4: População Presente e Residente segundo o Sexo e Grupos Etários, província de Niassa – distrito de Mandimba, 1980.
- Anexo 5: População por Idade e Sexo, segundo P. A., Vila e Localidades do distrito de Mandimba em 1997.
- Anexo 6a: Distribuição da População por Sexo e Índice de Masculinidade segundo Idade, distrito de Mandimba em 1997.
- Anexo 6b: Distribuição da População por Sexo e Índice de Masculinidade segundo Idade, distrito de Mandimba em 1980.
- Anexo 7a: Distribuição Percentual da População por Sexo, segundo distrito, província de Niassa, 1997.
- Anexo 7b: Distribuição Percentual da População por Sexo, segundo distrito, província de Niassa, 1980.
- Anexo 8: Matriz de distâncias relativas entre povoações e Infraestruturas seleccionadas, distrito de Mandimba.
- Anexo 9: Questionário.

ÍNDICE

	Página
Declaração.....	i
Agradecimentos.....	ii
Dedicatória.....	iii
Siglas e abreviaturas	iv
Resumo.....	v
Lista de tabelas.....	vii
Lista de figuras.....	vii
Lista de anexos.....	viii
CAPÍTULO I.....	1
Introdução.....	1
1. Contexto.....	1
1.1. Delimitação do tema.....	2
1.2. Problematização.....	3
2. Objectivos.....	4
3. Metodologia.....	5
4. Pressupostos.....	7
5. Justificação do tema e da área de estudo.....	8
CAPÍTULO II.....	10
Enquadramento teórico.....	10

CAPÍTULO III.....	22
Área de Estudo	22
1. Localização geográfica e limites administrativos.....	22
2. Divisão administrativa.....	22
3. Características Físico-Naturais	24
4. Características Sócio-Económicas.....	25
5. Infraestruturas Sócio-Económicas.....	27
5.1. Transporte.....	27
5.2. Saúde.....	28
5.3. Educação.....	29
CAPÍTULO IV.....	31
Apresentação de Resultados.....	31
1. Mobilidade espacial da população.....	31
2. Selectividade da migração.....	38
3. Obstáculos	42
4. Causas e consequências da mobilidade espacial da população.....	43
CAPÍTULO V.....	48
Conclusões.....	48
Bibliografia.....	50
ANEXOS	

Capítulo I

INTRODUÇÃO

1. Contexto

O conflito armado, que durou quase dezasseis anos, em Moçambique atingiu o seu ponto crítico na década de oitenta, tendo cessado em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP). Durante a sua vigência é natural que as populações tenham procurado outras paragens em busca de segurança, sendo, desta maneira, obrigados a se tornarem refugiados¹ ou deslocados de guerra. Terminado o conflito armado é provável que as pessoas tenham retornado². “Estima-se que em 1990, cerca de um milhão e meio de moçambicanos se encontravam refugiados nos países vizinhos” (INE, 1998 – in Carvalho, 2000:52).

O distrito de Mandimba não escapou das consequências desse conflito armado. E, segundo o ACNUR/PNUD (1996), “a maioria da sua população refugiara-se na vizinha República do Malawi”. Com a assinatura do AGP regista-se um movimento inverso de regressados que intensificou-se em 1994. Importa conhecer as implicações desse intercâmbio migratório no espaço geográfico, na estrutura da população e no tecido sócio-económico por que afinal, como dizem Hornby & Jones (1993:99) “o que retrata todo o poder do termo Migração é que ele envolve interações entre pessoas e deslocamento da população de um ponto geográfico para outro”.

¹ *Refugiado*-«(...) Em certas circunstâncias, um refugiado é (...) obrigado a deixar o local da sua residência habitual e procurar refúgio noutro país devido a (...) acontecimentos que causam a rotura da ordem pública» (Carvalho, 2000:52).

² *Retornado*-«Uma pessoa que era refugiada ou deslocada mas que está a regressar a sua terra original»Ibid.

Os movimentos de população podem ser originados por vários motivos. Araújo (1997:30) considera que “por motivos políticos (Operação Produção) houve movimentação de parte considerável da população em Moçambique na década de 80, incentivando-se a migração para a província nortenha do Niassa, a mais extensa e menos povoada do país, e considerada como o «Celeiro de Moçambique»”. Fora da guerra ou questões políticas, a mobilidade espacial da população faz parte do quotidiano das populações, particularmente, residentes nos distritos fronteiriços do nosso país (como é o caso de Mandimba). Pois, Harries (1993) vê nela “um meio de sobrevivência” que se processa através do comércio fronteiriço.

É curioso saber o que terá mudado, em termos de motivação da mobilidade espacial da população, durante e depois do conflito armado e quais as suas consequências nos dias de hoje? Isso é o que este trabalho pretende estudar para o caso do distrito de Mandimba.

1.1. Delimitação do Tema

Vários autores como Addo (1975); Adepoju (1991), afirmam que “a agitação sócio-política e económica condicionam os fluxos migratórios”, por isso este estudo insere-se num intervalo de tempo crucial para a vida da população, que se estende por mais ou menos dezassete anos, desde 1980 à 1997, isto para, primeiro, enquadrá-lo num período intercensitário. E, segundo, este é um período que se afigura de grande importância para o país. Nele ocorrem muitas mudanças que se reflectem na maneira de estar da população. Portanto, é uma fase de ‘agitação’ sócio-económica e política.

Deste modo, Castro (2001:20) considera que “as migrações não têm um comportamento linear, variando segundo conjunturas políticas e económicas”.

Em 1987 implementa-se o Programa de Reajustamento Económico (PRE) que veio impor nova dinâmica no quotidiano das pessoas. Cinco anos depois, isto é, em 1992 assina-se o AGP e com ele verificam-se grandes movimentos populacionais, como é o caso do regresso de refugiados. Este fenómeno atingiu o seu ponto máximo em 1994, ano das primeiras eleições multipartidárias de Moçambique. E, por último, em 1997 realiza-se o censo geral da população e habitação, acontecimento que fornecerá dados indispensáveis para este estudo, inclusive os de 1980.

1.2. Problematização

“Os estudos sobre a migração hoje transitam por várias áreas” de conhecimento. Isto é, não são propriedade exclusiva da Geografia da População, por exemplo; “quando se cruzam com os debates sobre raça e sobre género” (Castro, 2001:18 - in CNPD).

Adepoju, citando (Prothero, 1968; Eca, 1981) diz que “a mobilidade espacial da população tem sido um aspecto fundamental social e historicamente para a vida dos africanos”. Observadores como Ricca (1989), “têm amplamente descrito a África como um continente perpetuamente de movimentos. O mais apropriado é que talvez a população africana está constantemente em movimento do que em qualquer outra região do mundo” Aliás, como afirma (Hance, 1970), citado por Adepoju “África é um continente de considerável migração, várias formas de movimentos populacionais

em reacção à situações políticas, económicas, religiosas têm sido reportados desde cedo” (in Baker & Aina, 1995:87).

Sabe-se que a mobilidade espacial da população pode provocar alterações na estrutura e tamanho da população, no tecido económico, social; na organização do espaço; traz implicações à nível epidemiológico, sobretudo, nas doenças de transmissão sexual (DTS)/ Sida; e tem efeitos sobre o meio ambiente. A questão que se coloca neste trabalho é de saber qual a dimensão do fenómeno migratório e as respectivas implicações da mobilidade espacial da população à nível espacial ou geográfico e sócio-económico em Mandimba?

2. Objectivos

GERAL: pretende-se analisar, de modo geral, os intervenientes ou causas, teoricamente conhecido (em Inglês) como “*pull e push factor*”, bem como, os impactos da mobilidade espacial da população, sobretudo, ao nível demográfico e espacial em Mandimba.

ESPECÍFICOS: convista a atingir o objectivo geral procurar-se-á, sequencialmente, satisfazer os seguintes objectivos específicos:

- Levantar as características gerais da população e dos aspectos físico-naturais e sócio-económicos da área de estudo e verificar os fluxos migratórios, isto é, a corrente dominante e a contra-corrente.

- Encontrar as características das pessoas envolvidas neste fenómeno em termos de selectividade da migração, nomeadamente: preponderância da faixa etária e género.
- Analisar as causas e consequências da mobilidade espacial da população na estrutura e tamanho da população.

3. Metodologia

Tratando-se de uma pesquisa descritiva e explicativa que, segundo Gil (1989:46), “têm como objectivo a descrição da dinâmica de determinada população ou fenómeno e identificar os factores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenómenos,” neste caso, a mobilidade espacial da população, este trabalho passa, necessariamente, por:

- Pesquisa ou revisão da bibliografia básica e auxiliar, com base em consulta de “*livros de referência informativa*, que contêm a informação que se busca, ou então *livros de referência remissiva*, isto é, que remetem a outras fontes que contem a informação desejada” (Gil, 1989:46).
- Foi feito uma visita na área de estudo para o contacto com a realidade local e levantamentos de campo, não só porque, como afirma Adepoju - in Baker & Aina (1995:87) “o problema de dados em termos de qualidade e fiabilidade é perene em África”, mas também, para dirigir algumas entrevistas estruturadas sob amostra da população, convista a apurar as razões da mobilidade espacial da população. Segundo

Chisnall (1986) citado por Vicente et al (1996:120) a entrevista é “uma conversa com um propósito” e aqui é para apurar os motivos das deslocações. Como trata-se de um “universo finito ($N \leq 100.000$)” - Segundo Mulenga (1999:2/5), a determinação do tamanho da amostra foi tirada da “tabela para determinar a amplitude de uma amostra de uma população finita” com a margem de erro de $3\% \leq a 5\%$. “Com a margem de 5% o tamanho da amostra é de 397 indivíduos por entrevistar” (GIL, 1989:101).

- Courgeau (1980), citado por Philip H. Rees & Andrew L. Convey – in Clark (1984:51-60) considera que “a migração pode ser medida numa das três vias: 1) por uma pergunta, no censo, acerca do lugar de residência, algum tempo antes da data fixada; 2) questionando o lugar da última residência; 3) inquirindo acerca de onde e para onde a pessoa tem se movimentado” (vide questionário no anexo 9). Por isso, aqui adoptaram-se as perguntas consideradas no IIRGPH para estudar o fenómeno migratório; a saber: “Lugar de residência actual. Lugar de nascimento. Lugar de residência um ano antes da data do Censo (1 de Agosto de 1996). Lugar de residência quando acabou a guerra (aproximadamente, 5 anos antes da data do Censo, Outubro de 1992)”. Pois, segundo o IIRGPH, “as perguntas sobre o lugar de nascimento e o lugar de residência actual permitem calcular a chamada Migração de Toda a Vida”.
- A interpretação basea-se nos dados estatísticos colhidos em documentos oficiais já existentes, ou valá, com recurso à fontes primárias de informação e, também, obtidos através de fontes secundárias, isto é, entrevistas por amostragem no terreno. De acordo com os motivos das deslocações e as respectivas distâncias relativas é possível

construir gráficos de R^2 (coeficiente de determinação) que mostra a relação entre a população X e as distâncias Y percorridas em (km^2) e a lógica da fixação dos assentamentos ou os padrões da mobilidade espacial da população.

- O Spectrum é um pacote informático que foi usado para a construção de Pirâmides Etárias e ou visualização da constituição da população, permitindo o apuramento da faixa etária mais afectada pelo fenómeno em estudo. Isto foi possível com inserção no Software de dados numéricos retirados dos censos de 1980 e 1997.
- Segundo Muanamoha (1995:60), “O método cartográfico permite representar o retrato da população de um território através de mapas”, foi usado para desenhar mapas e visualizar o padrão da variação da distribuição espacial da população por cada posto administrativo, com recurso ao pacote informático – (GIS/ SIG) Sistemas de Informação Geográfica, em Arc View 8.1. e manualmente.

4. Pressupostos:

A proposição convencional do fenómeno migratório, de acordo com Samir Amin – in Baker & Aina (1995:31), baseia-se na hipótese de que “os factores de produção (capital, trabalho, recursos naturais, incluindo a terra) estão na origem deste fenómeno, uma vez que estão geograficamente distribuídos de maneira desigual”. Assim, esta pesquisa pretende testar os seguintes pressupostos:

1. A emigração ocorre quando um lugar torna-se repulsivo, isto é, quando já não oferece condições de vida que retenham a população.

2. Os emigrantes são indivíduos que se deslocam, de um ponto para o outro, a procura de melhores condições de vida como: o emprego, terra arável, etc.
3. A condição necessária para a ocorrência da imigração é a existência de melhores condições de vida no lugar de chegada, sendo dominada, por jovens e adultos, sobretudo, do sexo masculino.

5. Justificação do Tema e da Área de Estudo

Embora a sociedade humana tenha passado de comunidades nómadas para sedentárias, hoje-com a globalização, mais do que nunca, a movimentação de pessoas e bens intensificou-se. “A relevância deste tema para o planeamento regional resume-se no seguinte: os planificadores têm interesse nos movimentos da população, para planificação da rede de transporte, comunicação e outros serviços sociais bem como no estudo das acessibilidades à tais serviços”. Oberai (1986) conclui que “os planificadores dão contributo para resolver alguns problemas, tais como; redistribuição da população, provisão de terra e melhoria das condições de vida dos migrantes” (In Durand & Hilhorst, 1987:1-3).

Portanto, como afirma Sayad (2000:20) citado por Castro (2001:30, In CNPD), “pensar a migração ou a emigração é pensar o Estado. É o Estado que pensa a si mesmo ao pensar a imigração ou a emigração (...)” e, neste sentido, o distrito aparece como a unidade básica. Alias, uma das directivas assumidas pelo Conselho



Coordenador do Recenseamento, em 1980, foi de que “o distrito deve constituir a base da direcção e planificação da vida económica do país”.

O estudo da mobilidade espacial da população, para além de fornecer informação sobre a causa essencial da mudança de lugar, Chister Krokfors (in Baker & Aina, 1995:54) afirma que “a migração representa um fenómeno demográfico importante para responder as condições de pobreza e stress ambiental em África”, dado que a população procura lugares com disponibilidade de recursos para a sua sobrevivência, podendo causar pressão demográfica³ nos lugares de destino.

Castro (2001:17-18, in CNPD), citando autores como (Fieldman-Bianco, 2000; Castro, 1993) refere que; “os sítios de trânsito, são interconectados, não só entre si, mas entre planos, conjugando-se identidades e Estados” no esforço de integração regional – muito desejado pela SADC. E para isso, nada melhor que aproveitar os ‘povos *in between*’⁴. Sendo, Mandimba um distrito fronteiriço onde o quotidiano da população caracterize-se por movimentos (de travessia), quase constantes, de e para a vizinha República do Malawi, bem como outros pontos do território nacional, incluindo a própria província do Niassa. Estes movimentos processam-se através, de entre outras vias, do corredor de desenvolvimento de Nacala. Nele, o fenómeno em estudo ocorre de forma notável, tornando-se possível a realização da pesquisa pretendida.

³ *Pressão demográfica* – «relação entre a população e os recursos existentes, num determinado nível de desenvolvimento económico e social. Quando a pressão populacional é grande existe uma situação de sobrepopulação mesmo que a densidade populacional seja baixa» (Carvalho 2000:49).

⁴ *Povos entre* – expressão da poetisa porto-riquenha Sandra Maria Esteves 1980, in CPND (2001:18).

Capítulo II

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Algumas críticas são feitas sobre a metodologia de análise da migração. Neste sentido, Samir Amin questiona se, “por um lado, será possível analisar as *causas* da migração, e, por outro lado, avaliar as suas *consequências*? na tentativa de medir e comparar os *efeitos* da migração; permite-nos avaliar as consequências da migração para daí tirar ilações, de uma maneira geral, se tal movimento é positivo (se sim, para quem?) ou se se tornou excessivo ou negativo e, outra vez, se sim para quem?. E poderá essa análise e as conclusões a que ela conduz dar-nos uma base para traçar políticas racionais para a migração e defender um conjunto coerente de medidas desejadas [ou políticas adequadas] para a região em questão, incluindo a limitação da migração (...) [se for o caso]?” (in Baker & Aina, 1995:31).

Weeks (1986:180) afirma que o “entendimento da migração requer uma explicação do porquê algumas pessoas se deslocam enquanto que outras não o fazem. A maneira mais prática e principal para desenvolver explicações ou teorias tem sido observar os padrões de migração e depois tentar explicar os factos que levam as pessoas a se movimentarem em determinado número e em determinadas direcções”.

Ele adianta que “a explicação mais frequente e forte para a migração tem sido a teoria de ‘*push-pull*’ de Revenstein (1889), segundo a qual algumas pessoas se deslocam porque são repelidas dos seus locais anteriores ou são atraídas para outro lugar”. Stone (1975:97) - citado por Weeks (1986:181), acha que “a decisão de migrar resulta de

um sistema de estratégias de sobrevivência adoptadas pelos indivíduo no decurso do ciclo da sua vida”.

“Uma das características da geografia moderna é a busca de modelos para representar e ou prever o comportamento espacial humano. Tais modelos estão bem representados no campo de estudos da migração. Dois dos mais cotados e usados como pontos de referência conceptual são os conceitos de *'push-pull'* e as *leis de migração de Ravenstein*. O primeiro diz respeito às razões da migração e o segundo refere-se à selecção de migrantes e ou o desenvolvimento dos padrões ou modelos de migração. [Estas duas generalizações], embora tenham estado sujeitos a críticas e têm sido continuamente modificados, refinados ou requintados, têm providenciado estímulos para muitas pesquisas e obras sobre migração” (Hornby & Jones, 1993:103).

Ainda, segundo eles, “o conceito de *'push-pull'* apresenta que qualquer decisão individual para migrar resulta da interacção de duas forças: pressão ou coacção no lugar de residência permanente ou habitual [pushes] e estímulo ou número de incentivos, isto é, vantagens no lugar de destino [pulls]” (idem).

Exemplo de *'push factors'* são: baixo ordenado/salário, desemprego, questões políticas, opressão racial e religiosa, e desastres naturais, tais como; seca, fome e inundações. *'pull factors'* inclui, por exemplo: oportunidade de emprego, boa assistência médica e social, tolerância política e religiosa (Idem).

É claro que, “em alguns casos, somente, o ‘*push*’ será dominante (por exemplo; quando ocorre um desastre imprevisível, como é o caso do acidente nuclear de Chernobyl na Ucrânia em 1986” ou as cheias de 2000/ 2001 no Sul e Centro de Moçambique. “Noutras situações, o ‘*pull*’ será esmagador, como é o caso de uma pessoa que encontra satisfação profissional em algum lugar e derrepente é confrontado com uma outra proposta ou oportunidade tentadora noutra lugar – isto acontece com administrativos ou profissionais altamente qualificados” (Hornby & Jones, 1993:103).

Ainda, “uma outra situação levanta-se quando ambos os factores [*pull* e *push*] são fortes” como exemplificam Hornby & Jones (1993) “o caso dos migrantes do Porto Rico os quais têm sido coagidos da sua terra natal pela pobreza, desemprego, superpovoamento, enfim, pobres condições de vida da população e são atraídos em direção aos Estados Unidos pela política favorável da migração, larga escala de oportunidade de emprego e melhores condições de vida”.

“A Migração não é um fenómeno homogéneo em África: várias formas de movimentos de travessia de fronteiras [limites administrativos nacionais e internacionais] têm sido promovido pelo comércio, pastorícia, desastres naturais, guerras, e procura de emprego” (cf. Addo, 1975, citado por Adepoju – in Baker & Aina, 1995:89), ou ainda, por força da “política que orienta a nova forma de povoamento rural, utilizada na mobilização da população (...) para se agrupar em aldeias”, segundo Araújo (1988:237/42), falando da “ implementação do sistema das

aldeias comunais em Moçambique”. Tais factores têm influenciado a composição, direcção e características de tais movimentos na relocalização da população.

Segundo Rogerson (1993), citado por Baker & Aina (1995:117) “um dos factores que determinará o padrão de migração no futuro dentro e fora dos “lugares esquecidos” será a variação das iniciativas locais de desenvolvimento associada aos incentivos nacionais”. Essa teoria advoga que os lugares esquecidos, “sem qualquer iniciativa para confrontar os desafios de desenvolvimento local, a perspectiva nos próximos dez anos é de deterioração das condições económicas e sociais em muitos deles, [como Niassa-conhecida por província mais esquecida do país] precipitando, assim, novos fluxos de out-migration. (...)”.

Baker & Aina (1995:122), citando Gould (1992), afirmam que “a relação entre migração e desenvolvimento envolve dois caminhos de reflexão, efeitos da migração no desenvolvimento e efeitos do desenvolvimento para com a migração. Quando a população se movimenta de um lugar para outro, em grupo ou individualmente, afecta a perspectiva de desenvolvimento imediato ou futuro nos ambos lados, local de origem e de destino (...)”. E Tais “movimentos estão condicionados ao estado de desenvolvimento sócio-económico do lugar de partida e de chegada ou destino”.

Segundo Carvalho (2000:26) “os fenómenos demográficos essenciais são: Nascimento, Casamento, Morte e Migração”. Assim, o assunto em estudo figura como um dos principais fenómenos demográficos. Para além de que, “do ponto de vista

demográfico as migrações representam uma das mais importantes formas de mobilidade das populações” (IIRGPH, 1997: xi).

Hornby & Jones (1993:98), consideram que “a terminologia Mobilidade Espacial da População abarca os conceitos de **Migração e Circulação** da população”. Ainda, eles citam Zelinsky, (1971), afirmando que “ a *Circulação de pessoas* tem sido definida como sendo grande variedade de movimentos populacionais, normalmente, com um carácter repetitivo ou cíclico, tendo todos em comum uma intensão de mudança permanente, ou, pelo menos, longa de lugar de residência”.

No senso comum, “a Mobilidade Espacial da População pode ser definida como mudança temporária, permanente ou semi-permanente de lugar” (Hornby & Jones, 1993:98). Eles constatam que nesta definição não há nenhuma restrição acerca da distância do deslocamento, sua duração, natureza voluntária ou involuntária desta acção, e não se faz distinção entre os movimentos dentro de um país [*in-migrants*] e ou entre países [*out-migrants*].

Assim, um movimento de travessia de um bairro para outro, tal como o movimento diário de trabalhadores domésticos que saem dos subúrbios ou arredores de Maputo para trabalharem no centro da cidade, contará como um acto de migração da população? Certamente que não. Isto porque, de acordo com Hornby & Jones (1993:98) “ os antecedentes e as consequências de tais movimentos são imensamente diferentes”.

“Há uma grande diversidade de movimentos da população que não podem ser cobertos pelo termo Migração, [a não ser pela mobilidade] e seria insensato considerar todos os seus intervenientes como sendo migrantes” (Hornby & Jones, 1993:98).

Cosciente da dificuldade de aplicação dos termos acima referido, em 1958, as Nações Unidas publicaram um Dicionário demográfico no qual definem termos usados na Geografia da População, inclusive nos estudos sobre Mobilidade Espacial da População. Eles entendem por “**Migração** – a mudança permanente de residência, com duração de um ou mais anos”. Contudo, esta definição não considera a distância percorrida. Confrontando-a com a definição de Carvalho (2000:38), segundo a qual, “**Migração** – é a deslocação de uma pessoa ou grupos de pessoas do seu local habitual de residência para outro local”. Nota-se que, aqui, falta para além da distância, o critério da duração.

Portanto, a migração “é, normalmente, usada para descrever movimentos da população de uma unidade administrativa para outra que resulte na mudança permanente de residência. Contudo, não existe consenso acerca da unidade administrativa mais pequena a ser considerada para os propósitos de estudo da mobilidade espacial da população” (Hornby & Jones, 1993:99).

No seu Glossário Demográfico, Carvalho (2000:39) define por “**Migração** – a deslocação de uma pessoa ou grupo de pessoas do seu local habitual de residência para outro local”. Esta definição não contempla limites administrativos.

Migração – segundo Tade A. Aina (in Baker & Aina, 1995:41) – “é um aspecto de movimento da população que se refere a realocização espacial de residência por um período de tempo relativamente longo. Isto inclui **migração internacional** – que é o movimento de travessia das fronteiras nacionais”. Portanto, “dizer migração internacional significa que estamos referindo somente aos movimentos migratórios de [moçambicanos] que cruzam os limites internacionais do país. Em outras palavras, consideramos o país como uma só unidade, sem tomar em conta suas divisões político-administrativas internas” (Bertoncello & Lattes, 1986:29-30). E, “**migração interna** – refere-se a mudança permanente ou longa de residência no espaço geográfico a nível nacional” (Tade A. Aina – in Baker & Aina, 1995:41).

Diferenciando a migração interna e internacional, Weeks (1986:186) considera que “a migração interna é ‘livre’ no sentido de que as pessoas escolhem se vão ou não migrar, muitas vezes a decisão depende de factores económicos. Isto não quer dizer que dentro do país as pessoas nunca sejam forçadas a deslocarem-se”. Mas, Garnier (s/d:211) adverte que “o estudo da migração dentro de um país é mais intrincado, visto não dizer respeito apenas a movimentos definidos, de um lugar para outro, e sim a toda uma série de movimentos complexos”. Enquanto que “a migração internacional é as vezes livre, mas, normalmente, as pessoas deparam-se com restrições de entrada; isto é, entram ilegalmente ou são atribuídos estatuto de refugiados, fugindo de conflitos sociais, políticos ou militares. Todas essas situações são stressantes do que aquando da migração interna. Uma vez que no país de hospedagem os imigrantes são confrontados

com uma nova realidade cultural, linguística e talvez outra religião, enfim, são impostos à outras obrigações” (Weeks, 1986:186).

Hornby & Jones (1993:99) questionam se “será que a distância ou [melhor], a travessia de limites administrativos é um critério importante?”. Pois é, isto porque para ambos, através dela se distinguem “pessoas que atravessam limites administrativos internos, isto é, *in-migrants*, cuja o processo designa-se *in-migration* e, ou *out-migration* que são pessoas que atravessam fronteiras internacionais [no processo de *out-migration*]”. No processo de migração encontramos “**Emigrantes** – conjunto de pessoas que mudam do seu local habitual de residência para outro. Este conjunto de pessoas são Emigrantes em relação a região ou país de origem e **Imigrantes** em relação à nova região ou país” (Carvalho, 2000:20).

A soma de emigrantes com imigrantes dá o **Fluxo migratório** que “refere-se ao número de pessoas que migram num determinado ano numa determinada região” (Carvalho, 2000:26). Assim, “a migração começa na área de origem e termina na área de destino. Quer dizer, Migrantes com a mesma origem e destino formam o **Fluxo migratório** ou **Corrente migratória**. Normalmente, onde quer que haja corrente migratória existe uma contra-corrente que é a corrente inversa do fluxo com um volume relativamente baixo” (Hornby & Jones, 1993:99).

Nas investigações sobre os efeitos da migração que se restringem numa única área é usual referir-se o total do movimento da população como Migração Bruta, que se

obtem pela seguinte forma: [Imigração + Emigração]. Onde a diferença entre [Imigração - Emigração] dá o Balanço Migratório. Este pode ser positivo ou negativo. A relação entre migração bruta e líquida é expressa em termos de eficiência da migração (Ibid).

Weeks (1986:178) considera a **Taxa de Migração Líquida** como sendo o número líquido de migrantes num ano por cada 1000 pessoas dentro da população. Designa-se líquida porque é a diferença daqueles que entram e dos que saem. Se o número é o mesmo então a migração líquida será nula. Obtem-se da seguinte fórmula:

$$\text{CNMR} = \frac{I-E}{T_p} * 1000 \text{ onde; CNMR é Crude Net Migration Rate (Taxa de migração Líquida); I - é total In-migrants = Imigrantes;}$$

E - é total Out-migrants = Emigrantes; T_p - é média da população total.

Ainda, sobre a medição da migração, “existem diversos métodos para calcular a migração [quer internacional ou interna]. O registo de entradas e saídas da população (nativa e estrangeira) é uma fonte de informação natural para brindar os dados que habitualmente se requerem sobre este fenómeno (...)”. “Os utentes desta informação requerem habitualmente o conhecimento de um mínimo de características sócio-demográficas, como podem ser, a idade, país de nascimento, nível de educação, a ocupação habitual, o país de origem e de destino, etc.” (Lattes & Oteiza, 1986:29-30).

Dado que, “o registo de entradas e saídas é bastante incompleto, é necessário recorrer também a outras fontes de dados para tratar de suprir as que deveriam ser as fontes

principais. São os censos nacionais da população e o registo de taxas vitais. Lamentavelmente, os dados provenientes destas fontes contêm sérios problemas tais como omissões que afectam qualquer estimativa indirecta (...)” (idem).

“Poder-se-iam seguir inúmeros meios de classificar os diversos e complexos movimentos, com o objectivo de formar um quadro completo; e foram sugeridos vários nomes para definir, os diferentes tipos de mobilidade” (Garnier,s/d:192). Ele adianta “uma divisão muito simples; considerando em primeiro lugar a migração de grande distância ou internacional, em segundo os movimentos em escala menor, dentro dos países individualmente considerados, e, em terceiro, as migrações oscilatórias que abrangem todos os movimentos nos quais o migrante não abandona o lugar de residência, a ele retornando periodicamente” (ibid).

Mas, Amin considera que “a primeira classificação possível da migração é com base no lugar de origem e de destino: rural-rural, rural-urbana, urbana-rural, migração interna e internacional. O fluxo urbano-urbano é característico do mundo fortemente urbanizado como a Europa. Em África o fenómeno migratório ainda é, essencialmente, rural-rural [ou rural-urbano]” (Samir Amin-in Baker & Aina, 1995:30). Ora, Araújo (1988:158) considera que “os movimentos migratórios em Moçambique têm sido grandemente afectados, nos últimos tempos, por factores conjunturais, tais como a situação de guerra (...), as secas prolongadas e inundações”. Estas situações aliadas “a degradação das condições de vida em grande parte das zonas

rurais de Moçambique intensificam a migração da população do campo para cidade” (Muanamoha, 1995:41/54).

A duração da migração constitui um outro critério da sua classificação. É necessário saber se a migração tem ou nada a ver com alguma época do ano (sazonal) como por exemplo as colheitas. Grande grupo de emigrantes em África tem carácter periódico (Samir Amin-in Baker & Aina, 1995:30). Segundo Muanamoha (1995:41/51), “no período de 1980-1991, a intensificação da guerra civil levou dezenas de milhares de moçambicanos ao trabalho temporário, ou residência permanente, nos territórios vizinhos”.

“O critério de distância geográfica relativa tem pouca importância. Hoje em dia, a distância é importante somente quando envolve travessia de fronteiras de Estado (...). Aquilo que Samir Amin chamou de ‘*Ethnic distance*’ é, sem dúvida, um critério a ser considerado, mas não pode ser confundido com o estatuto legal dos cidadãos. É pouco relevante conhecer se os imigrantes pertencem ao mesmo grupo étnico da população anfitriã (...). Contudo, esse conhecimento é importante se o factor étnico for visto com relação a uma estratégia política para ambos os lados [da fronteira interessadas nos votos](...)” (Baker & Aina, 1995:30).

O quarto critério de classificação, considerado por Samir Amin, baseia-se na qualificação dos trabalhadores migrantes. Aqui, distingue-se a migração de

trabalhadores não especializados e trabalhadores qualificados ou peritos profissionais, isto é, 'drenagem de cérebros' (Baker & Aina, 1995:30).

Concordando com Garnier (s/d:210) ao afirmar que "uma descrição de todos os movimentos possíveis está fora de nosso objectivo; propoem-se, simplesmente, revelar os mais extraordinários e típicos", entre eles está o movimento de refugiados. Muanamoha (1995:51) considera que "A guerra civil colocou milhares de moçambicanos na condição de deslocados ou refugiados".

Com, Garnier (s/d:280), fica a saber-se que "certos movimentos migratórios distinguem-se dos já mencionados visto obedecerem a uma espécie de ritmo e deles não decorrer o completo deslocamento das pessoas envolvidas" ou vala, nem chegam a mudar de residência, pelo menos pelo tempo considerado na definição da migração.

"As oscilações de período prolongado são geralmente de temporada; as de período curto, quotidianas. Podem ser uma reacção às necessidades de trabalho ou simplesmente o agradável emprego dos tempos de lazer. Sua diversidade torna necessário distinguir vários tipos: migrações para o trabalho, migração de temporada (nômadas-na África Oriental, dado que as rgiões cultivadas não exigem força de trabalho igual durante todo o ano)". Existem, também, "os movimentos diários de vaivém" quer para a escola, quer para o trabalho (Garnier s/d.:280-292).

Capítulo III

ÁREA DE ESTUDO

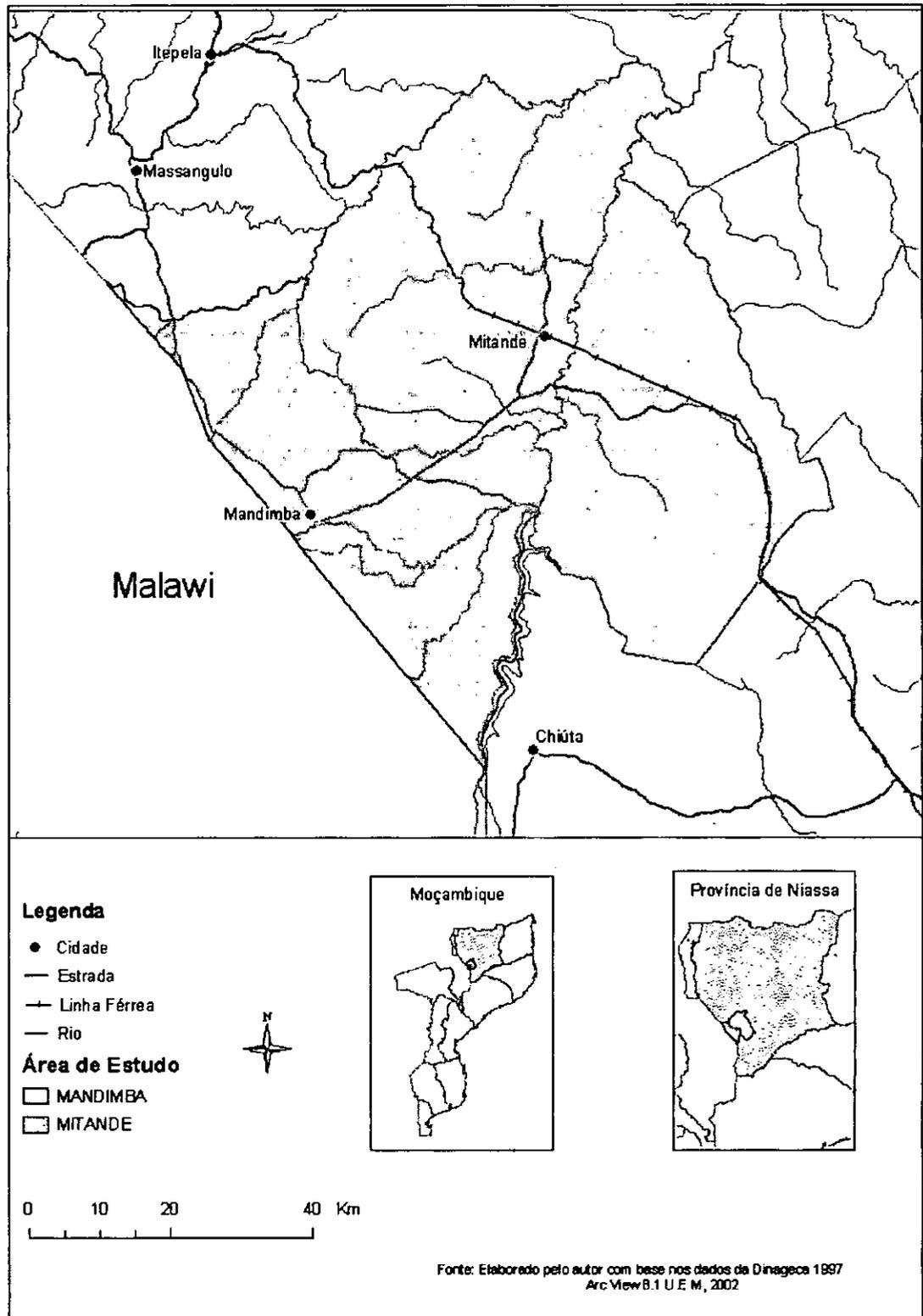
1. Localização Geográfica e Limites Administrativos

O distrito de Mandimba localiza-se na região Norte de Moçambique, concretamente, na província de Niassa. Situa-se à cerca de 148km da capital provincial (Lichinga) na parte Sudoeste da mesma província. Para uma visão geral da área de estudo (vide mapa 2-no anexo 1). Ele é limitado pelos seguintes distritos: os rios Luelele e Luchimua separam-o de Ngauma e Majune, ao Norte; o lago Amaramba limita-o de Mecanhelas, ao Sudeste; no Este, o distrito de Mandimba faz limite com Cuamba, e o rio Minhanga separa-o de Maua e Metarica. E faz fronteira com a República do Malawi, no Ocidente (cf. Atlas, 1986: 8-9 & Dinageca, folhas nº 18,19,29,30, e vide mapa 2).

2. Divisão Administrativa

A área do distrito de Mandimba é de, aproximadamente, 4.376 Km². Tem como capital a vila de Mandimba e conta com dois postos administrativos: Mitande e Mandimba, segundo mostra o mapa (1) a seguir. O P.A. de Mandimba possui, para além da vila de Mandimba, as localidades de Mandimba e Meluluca. Ao passo que o P.A de Mitande conta apenas com a localidade de Mitande. Segundo o Perfil de desenvolvimento distrital do ACNUR/PNUD (1996:4) “ao nível das localidades e aldeias as autoridades tradicionais completam as estruturas governamentais. Existem para além de um número não especificado de Régulos, chefes de grupo, povoações e de família (Macua, Yao, Pwatapwata e Mbumba)”.

Mapa 1: Localização da área de estudo.



3. Características Físico-Naturais

As formas de relevo mais salientes são: superfícies de cumes e cristas, de origem intrusivo-tectónica, depressões erosivo-desnudadas e de acumulação; vertentes, vales e fundos dos rios (cf. Atlas, 1986:12). A hipsometria de Mandimba pertence ao planato moçambicano que caracteriza-se por possuir planaltos que variam entre 500-1000 metros e montanhas com mais ou menos 1500 metros de altitude, sendo, em Lissiete, o ponto mais alto com cerca de 1598 metros (cf. Atlas, 1986: 14).

O terreno do distrito de Mandimba é recortado por vários cursos de água que se enquadram na bacia hidrográfica do rio rovuma. Destaca-se o rio Lugenda com um potencial hidro-eléctrico avaliado em 300.000Kw (Atlas,1986:14/5). Nasce no lago Chiúta e atravessa o Amaramba. Ambos encontram-se encaçados na continuidade do Vale de Rift. Existem outros rios: Luchjumue/Luchimua, Mandimba, Nhanhesse, Ricono, Lussangasse, Lissimba e outros (vide mapa 2 - anexo-1).

As temperaturas médias anuais cifram-se em 22°C, sendo as precipitações médias anuais de 1000 à 1400mm, por isso o clima é tropical húmido (cf. Atlas, 1986:16-17). Biogeograficamente, é caracterizado por florestas densas e savana com formações vegetais influenciadas por factores físicos, sobretudo, a altitude que atinge os 1598m, e o clima característico da região. A vegetação predominante é de savanas (arbóreas e arbustivas) de acácias (Nroka, Napiso, Nachingueia) com aptidão alta e intermédia para o pastoreio. A sua fauna é diversificada e rico em animais como o búfalo, o

elefante, o leopardo, o macaco, a palapala, a zebra, o leão, a impala, o rinoceronte, a hiena, etc. (cf. Atlas, 1986:19).

Neste distrito ocorrem “solos argilosos-vermelhos e profundos com boa permeabilidade e bem drenados. A sua fertilidade é baixa e o terreno apresenta baixa susceptibilidade à erosão. Também, encontram-se solos fluviais de alta fertilidade e difícil lavoura em partes e eventual excesso de água” ou pantanos, principalmente na parte Sudeste do distrito (cf. Atlas, 1986:12). “O solo é apropriado para o cultivo de cereais e tem um bom potencial em pasto para gado. Mesmo fora da época chuvosa algumas culturas como o milho, sorgo e arroz continuam florindo. Contudo, “o solo do P.A. de Mitande e localidade de Meluluca oferecem pouco rendimento agrícola⁵” (FAO/WFP 1995- in ACNUR/PNUD, 1996:5).

4. Características Sócio-Económicas

Para ter acesso a terra a população recorre aos líderes tradicionais. A terra não é vendida e a sua transmissão é por via de herança. De acordo com estatísticas do ACNUR/PNUD (1996:4), “20% dos camponeses afirmam ter adquirido, pela primeira vez, um pedaço de terra virgem; 34% adquiriram terra que previamente pertenceu a alguém. Quando há disputa de terra é chamado um chefe ou líder tradicional para mediar o conflito”. Estes casos são raros, de acordo com os entrevistados, visto que os regressados voltaram a ocupar as suas antigas parcelas. Para além de que, por enquanto, ainda há solo suficiente para as necessidades da população.

⁵ *Rendimento agrícola* – quantidade de produção por unidade de área.

“Apenas 21,125 hectares de terra estão sendo cultivados pelo sector familiar, o que representa cerca de 0,4% da área total do distrito. Cada família cultiva, em média cerca de 1,1 hectar. Os cereais ocupam 19,382 hectares, principalmente cultivados pelo sector familiar (19,351 hectares). Os restantes 31 hectares pertencem ao sector comercial. Ambos sectores produzem, principalmente, milho e feijões” (FAO/WFP 1995 – in ACNUR/PNUD, 1996:4).

Para além da agricultura, existem outras actividades económicas. A caça, pastorícia e pesca são actividades de grande significado para a população de Mandimba, as pessoas consideram a vida selvagem como sendo de grande importância. Os animais mais caçados são a gazela, impala, javalim e coelho. E a actividade pesqueira contribui na variação da dieta alimentar. São, também, criados alguns animais domésticos, destacando-se as aves, o gado caprino, ovino e suíno.

Os estabelecimentos comerciais começam a resurgir. A actividade informal é mais predominante. Existem algumas lojas em funcionamento, mas estimam-se em cerca de quarenta e uma, (mais de metade encerradas por falta de capacidade financeira para a sua reabilitação), algumas carpintarias e seis moageiras. As *'rest houses'* são mais lucrativas, obviamente, por ser um corredor rodoviário e ou ferroviário – como foi referido no ponto 5 do primeiro capítulo.

5. Infraestruturas Sócio-Económicas

5.1. Transporte

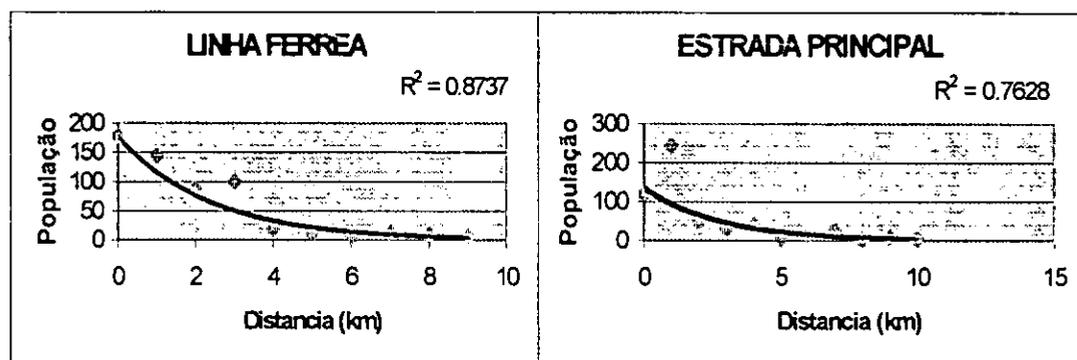
A superfície distrital de Mandimba (de cerca de 4.376 Km²) é abrangida pelo corredor ferroviário de Nacala que, depois de Cuamba, passa por Mitande em direcção à Lichinga. Apesar do seu estado não muito bom, pessoas e bens fazem-se transportar, frequentemente, nas carruagens dos (CFM) Caminhos de Ferro de Moçambique.

Não existem estradas pavimentadas e, segundo a ACNUR/PNUD (1996:8), os cerca de “226 Km de estradas existentes são todas classificadas como sendo estradas visinhas (terraplanadas) e em péssimas condições,” principalmente, no período chuvoso em que a maioria delas ficam intransitáveis. As estradas entre Mandimba e Luele (30Km-EN 249); estrada secundária Muita-Meluluca (28km) e Congerenge-Mitande (estrada terciária, 10km), incluindo a estrada nacional nº 249 são todas de terra batida ou terraplanadas. Sendo a estrada Muita-Nangapoche, com cerca de 20Km de extensão, intransitável devido a obstrução das chuvas. Como alternativa recorre-se às bicicletas, aliás, o meio básico e que constitui negócio rentável da actividade informal. Este meio de transporte é útil, não só a nível interno, para o transporte de pessoas e bens, bem como nos movimentos de travessia para o vizinho Malawi.

“O movimento de além-fronteira” assim designado por Garnier (s/d.pp.309), exige a melhoria das condições de transitabilidade. A rede de transporte rodoviário encontra-se em estado precário. E os campos de aviação (aeródromos) estão num estado de

abandono. Adiante demonstra-se o significado que têm algumas infraestruturas na fixação dos assentamentos humanos ao nível do distrito de Mandimba.

Figura 1: Gráfico de distância relativa entre Assentamentos e Infraestruturas de Transporte.



Fonte: elaborado pelo autor.

Quando o coeficientes de determinação (R^2) tende para um existe uma correlação perfeita entre X e Y” (Mulenga, 1997:21-22). Na figura (1), vê-se uma forte tendência das pessoas fixarem suas residências ao longo de estradas e linha férrea.

5.2. Saúde

No distrito de Mandimba existem sete postos de saúde e um centro de saúde, o único com serviço de internamento, situado na sede do distrito (como mostra a tabela 1 a seguir). O pessoal de saúde é escasso. “Existem apenas sessenta agentes de saúde, destaca-se um médico, dois enfermeiros do nível médio, cinco do nível básico, catorze elementares e outros, e vinte e três médicos tradicionais” ACNUR/PNUD (1996:10).

Tabela 1: Rede sanitária em Mandimba.

Local	Maternidade	Posto de Vacina	Nº de camas
Mandimba-sede	Sim	Sim	16
Mitande	Sim	Sim	-
Mississe	Não	Sim	-
Lissiete	Sim	Sim	-
Entre rios	Sim	Sim	-
Mepapa	Sim	Sim	-
Lipuzia	Sim	Sim	-
Meluluca	Sim	Sim	-

Fonte: adaptado do Perfil de Desenvolvimento distrital-ACNUR/PNUD (1996:9).

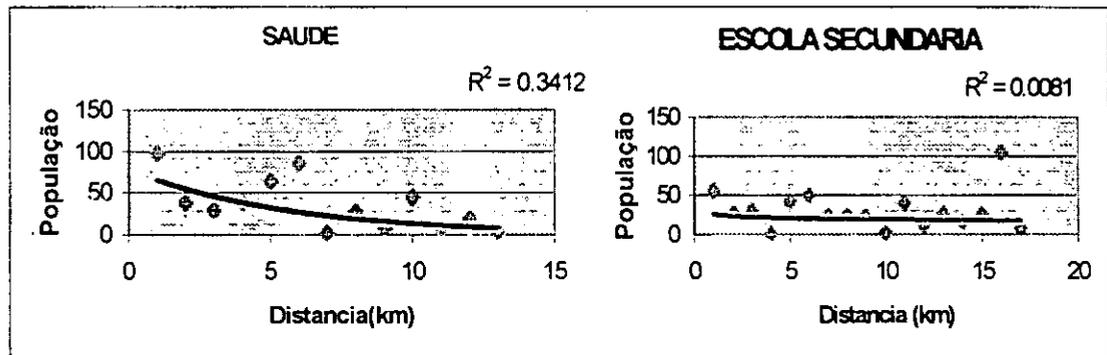
Araújo (1988:242), afirma que “(...) o desenvolvimento (...) passa, obrigatoriamente, pelo acesso dos indivíduos à uma série de bens e serviços, como a educação, a saúde, etc. Ora, um dos objectivos de concentração da população rural, [em função das aldeias comunais era] o de criar condições mais favoráveis de acesso a estes bens e serviços, aos quais a população do campo não chegava facilmente (...)”. Por isso aqui analisa-se o acesso, que a população de Mandimba tem, a tais serviços, actualmente.

5.3. Educação

A rede escolar resume-se em uma escola do ensino secundário e outra do ensino primário do segundo grau (EP2), ambas localizadas em Mitande (vide mapa 2 no anexo (1)). Isto significa que, as escolas de níveis mais elevado, dentro do distrito, estão situadas no posto administrativo de Mitande, onde existe um internato. Segundo a ACNUR/PNUD (1996:10), “neste distrito funcionam 32 escolas do nível primário, sendo o total dos alunos a este nível de aproximadamente 7.292 alunos dos quais 4.896 rapazes e 2.396 mulheres, leccionados por apenas 145 professores”. Por falta de

professores sete escolas primárias encontram-se encerradas, nomeadamente, em Namicoio, Tchuma, Muenheer, Chipa, Joho, Issa e Mizito.

Figura 2: Gráfico de distância relativa entre Assentamentos e Serviços de Saúde e Educação.



Fonte: elaborado pelo autor.

Na figura (2), o coeficiente de determinação (R^2) está longe de atingir o valor de uma unidade, por isso (a correlação entre X e Y é muito fraca). Significa que, entre os assentamentos ou povoações e os serviços referentes a saúde e educação, há uma distância relativamente maior. De casa para a escola-secundária,-por-exemplo, nota-se que os estudantes mais distantes do P.A. de Mitande, se não poderem fazer o 'movimento diário de vaivém' referido no ponto 2 do capítulo II, são obrigados a empreender um tipo de migração (a de temporada escolar, por exemplo, em que os estudantes secundários, sobretudo, vão para o internato).

Capítulo IV

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Mobilidade Espacial da População

Entre 1980 e 1990, refugiados a nível mundial dominaram os movimentos migratórios internacionais. Em África, especial atenção deve ser dado aos refugiados” dado que este continente é considerado “a casa da maior parte da população refugiada (...)” isto é, onde se encontra grande parte dos deslocados ao ponto da “situação de refugiados em África ser considerado uma tragédia humanitária. Em cada dois ou três refugiados no mundo inteiro um encontra-se em África” (Adepoju-in Backer & Aina 1995:101).

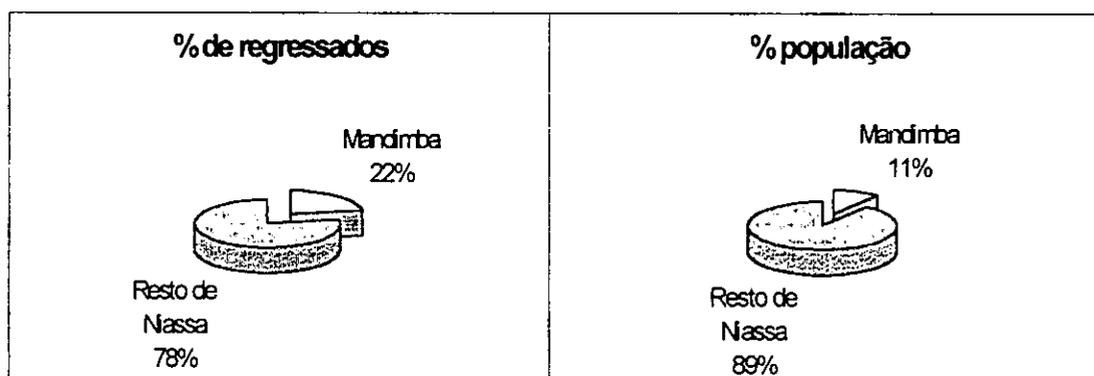
“Durante os últimos anos, as migrações tanto internas como internacionais, foram causadas, principalmente, pela guerra civil ocorrida no país. Durante os anos do conflito deslocára-se um elevado número de pessoas dos seus lugares de origem à outras áreas, ou à outros países, a procura de um lugar seguro para viver” (IIRGPH, I.S.D:1997:16). Como afirma King “na realidade, as razões do regresso dos emigrantes são muitas e variadas. Eles podem retornar por uma série de motivos tão complexos e não apenas um. E, essas razões, variam de escala, desde a macro-económica, política até às perspectivas individuais dos migrantes” (in Ghosh, 2000:7).

Em 1994, com AGP e “o estabelecimento da Democracia em [Moçambique], trouxe consigo uma nova dinâmica na mobilidade espacial da população [caracterizada, principalmente, pelo retorno dos emigrantes. Isto é, um bom número deles começaram a chegar nas suas zonas de origem. Numa situação destas] as perguntas como quantos

[moçambicanos] emigraram, quantos regressaram, etc. tornam-se o centro das preocupações” (Lattes & Oteiza, 1986:3). Segundo Ghosh (2000:1-6) “os estudos da migração têm quase sempre a tendência de implicar que este é um processo de sentido único, isto é, sem retorno”. O exemplo de Moçambique serve para contrariar .

Em dezembro de 1997 o ACNUR estimava que “ a população regressada constituía 45%, isto é, cerca de 37.056 pessoas, do total da população do distrito de Mandimba, que contava com mais ou menos 75.105 habitantes naquele ano, sendo 15.936 a população da vila”. O distrito de Mandimba com cerca de 11% da população, é o terceiro mais populoso da província de Niassa, depois de Cuamba (16.7%) e Cidade de Lichinga (11.3%), (vide anexo 7).

Figura 3: *População do distrito e Regressados na percentagem total da província de Niassa.*



Fonte: adaptado a partir de dados do censo de 97 e UNHCR .

A UNOHAC estimou que em 1994, a população deslocada⁶ do distrito de Mandimba

⁶ *População deslocada* – é um tipo de migração em que a população é obrigada a deslocar-se por se ter tornado impossível continuar a viver na sua casa por razões externas à sua vontade. o período de ausência da sua residência habitual pode ser curto ou longo, mas, em princípio, é temporário. O período é longo quando as causas do deslocamento não desaparecem rapidamente e, neste caso, a ausência pode transformar-se em migração definitiva. As causas podem estar relacionadas com a guerra ou catástrofes naturais (seca, cheias, tremores de terra, etc.).

era cerca de 2000 deslocados. Portanto, um número significativo, assim como o de desmobilizados que é de, aproximadamente, 446 desmobilizados. Os refugiados regressaram, sobretudo, do Malawi (ACNUR/PNUD,1996:4).

A seguir apresentam-se alguns indicadores sócio-demográficos referentes ao fenómeno migratório.

Tabela 2: Taxa de Migração Interna de Toda a Vida por província, Moçambique, 1997.

Província	(a)Taxa de imigração *100	(b)Taxa de emigração *100	(c) Migração líquida *100
Niassa	4.9	4.3	0.3
C. Delgado	2.5	3.3	-0.9
Nampula	2.9	2.4	0.4
Zambezia	2.0	5.2	-3.5
Tete	3.8	7.2	-4.0
Manica	15.7	4.9	10.5
Sofala	13.4	10.1	2.2
Inhambane	6.3	18.7	-16.6
Gaza	6.7	19.5	-17.6
Maputo	49.5	14.9	32.0
Maputo-cidade	60.8	20.9	34.4

Fonte: IIRGPH-indicadores sócio-demográficos, Moçambique, 1997:17.

(a) Taxa de imigração = I/N ; onde: I = pessoas que residem na província respectiva e que nasceram noutra (imigrantes). N = pessoas que nasceram e foram enumeradas na província respectiva.

(b) Taxa de emigração = E/N ; onde: E = pessoas que nasceram na província respectiva e que residem noutra província (emigrantes). N = pessoas que nasceram na província respectiva.

(c) Taxa de migração líquida = $(I - E)/N$

A tabela (2) mostra que, “no caso da imigração para a província do Niassa, em cada 100 pessoas que vivem nessa província, há 4.9 pessoas que nasceram numa outra província. No caso da emigração, em cada 100 pessoas que nasceram na província de Niassa há 4.3 pessoas que vivem noutra província. O sinal da taxa de migração líquida indica se a área ‘perdeu’ (negativo) ou ‘ganhou’ (positivo) população” (IIRGPH-I.S.D., 1997:16). Segundo a mesma tabela, “as províncias com as taxas de imigração mais elevadas do país são Maputo-cidade com 60.8 e a província de Maputo com 49.5. Ainda que inferiores as taxas de imigração observadas em Manica e Sofala também são elevadas: 15.7 e 13.5, respectivamente” (Ibid).

“Por outro lado, as províncias com as taxas de emigração mais elevadas são [as do sul do país] Maputo-cidade, Gaza e Inhambane com 20.9; 19.5 e 18.7, respectivamente. Estas duas últimas províncias têm as taxas de migração líquida negativas mais elevadas: -17.6 e -16.6, respectivamente” (IIRGPH-I.S.D., 1997:17). Isto significa que perderam número considerável de sua população. “As taxas líquidas positivas mais elevadas do país correspondem a Maputo-cidade e província de Maputo (34.4 e 32.0, respectivamente)” isto é, ganharam mais gente, facto que não é de estranhar posto que a-capital oferecia melhores condições de segurança durante a guerra. É importante mencionar que 534.1 mil pessoas de 5 anos e mais declararam no censo (1997) ter estado vivendo em outra província em 1992. Destas pessoas, 182.2 mil, ou seja 34.1%, declararam estar residindo em Maputo-cidade” (IIRGPH-I.S.D., 1997:18).

Em baixo apresentam-se as taxas de migração para a província de Niassa em dois períodos: cinco anos antes do censo de 1997 e um ano antes do mesmo.

Tabela 3: Taxa de Migração Interna para província de Niassa, período 1992-1997 e 1996-1997.

Período	Província	(a)Taxa de imigração*100	(b)Taxa de emigração*100	(c)Migração líquida*100
1992-1997	Niassa	3.3	2.8	0.3
1996-1997	Niassa	0.9	0.9	0.0

Fonte: IIRGPH-Indicadores Sócio-Demográficos, Moçambique, 1997:18-19.

Para a província do Niassa, a tabela (3) mostra que, “no caso das imigrações, em cada 100 pessoas que em 1997 residiam nessa província, 3.3 viviam noutra província em 1992. Por um lado, no caso da emigração, em cada 100 pessoas que em [1997 viviam em Niassa, 2.8 pessoas residiam noutra província em 1992]. Estes dados mostram essencialmente o reassentamento de pessoas a nível interno, após o fim da guerra (...). Por outro lado, as migrações para o período de um ano antes do levantamento censitário, mostram uma estabilização, para o caso da província do Niassa. “No período de 1996-1997 as taxas diminuem sensivelmente. É possível que nalguns casos estas taxas também estejam afectadas por resíduos de migração de retorno” (IIRGPH-I.S.D., 1997:18-20).

Na tabela (4) a seguir vê-se que “Tete, Niassa e Manica, são as províncias com as taxas de imigração de toda a vida mais elevadas, (seguindo-se as outras províncias fronteiriças). Note-se que estas mesmas províncias têm também as taxas mais elevadas para o período 1992-1997” conforme o censo de (1997:19). “Isto sugere que a maior parte das imigrações internacionais está relacionada com os movimentos de retorno dos países limítrofes logo após o fim da guerra” (Idem).

Tabela 4: Taxa de Imigração Internacional por períodos segundo províncias, Moçambique, 1997.

Província	Toda a vida(*100)	Período 1992-1997 (*100)	Período 1996-1997 (*100)
Niassa	6.3	11.0	0.1
C. Delgado	1.5	0.8	0.3
Nampula	0.1	0.1	0.0
Zambezia	2.0	6.8	0.5
Tete	12.9	71.7	1.8
Manica	5.2	15.0	0.8
Sofala	1.1	4.7	0.2
Inhambane	0.3	1.0	0.7
Gaza	0.9	4.1	1.4
Maputo	1.7	3.7	1.0
Maputo-cidade	2.1	1.3	0.7

Fonte: IIRGPH-indicadores sócio-demográficos, Moçambique, 1997:20.

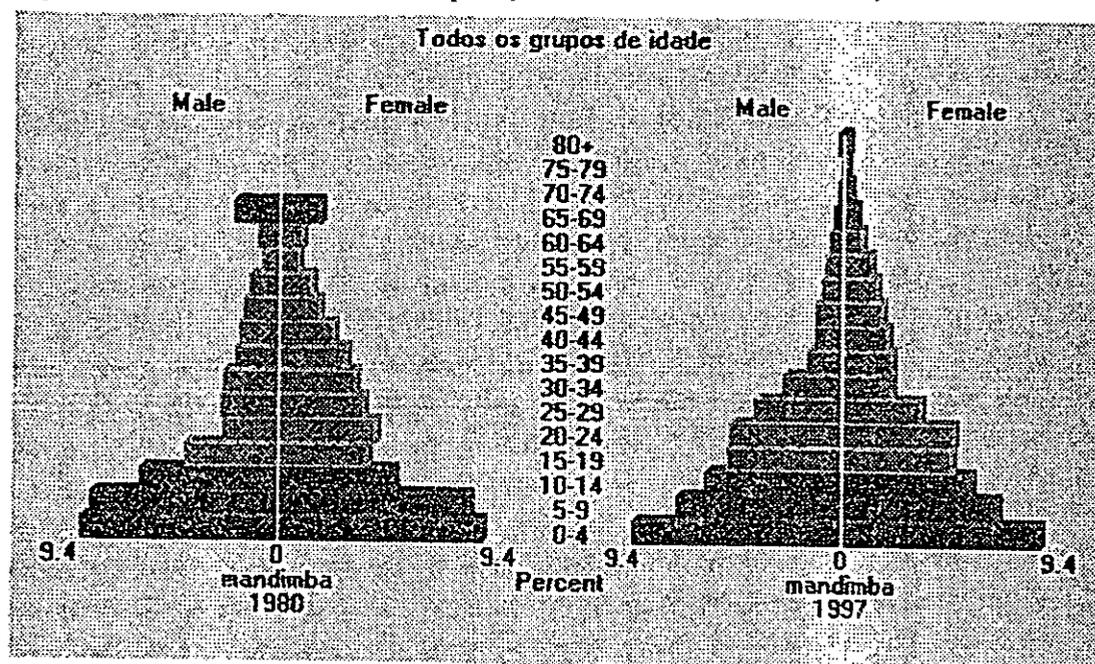
“As estatísticas da migração derivadas do censo nacional são utilizadas para análise da dinâmica da população”. Apesar das limitações já conhecidas, referidas por Rees (1977) a cerca da fiabilidade e abrangência” (Stillwell – in Woods, 1986:163).

Assim, a seguir analisa-se o tamanho, estrutura e crescimento da população em Mandimba, no período intersencitário. Isto porque segundo o INE, “o tamanho, a estrutura e o crescimento da população de um determinado território são variáveis básicas na análise demográfica. O tamanho da população refere-se ao número de pessoas que reside no território e o crescimento às mudanças do referido tamanho no tempo. A estrutura é simplesmente a composição da população por sexo e idade” (IIRGPH-I.S.D, 1997:2).

Os anexos 3a e 3b, mostram a distribuição da população do distrito de Mandimba por idade e sexo. Esta distribuição pode ser apreciada melhor observando as pirâmides de

população apresentadas a seguir. Segundo o INE- I.S.D (1997:3) “esta é a forma mais utilizada para apresentar graficamente a estrutura de uma população”.

Figura 4: Pirâmides Etárias da População do distrito de Mandimba, em 1980 e 1997.



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Spectrum.

O modelo de pirâmide observado na maioria dos países (subdesenvolvidos – como Moçambique – caracterizados por possuir) elevadas taxas de fecundidade e de mortalidade tem uma base expansiva com as barras que correspondem aos grupos quinquenais dispostas em forma de escada (IIRGPH – I.S.D, 1997:3). Pode-se observar que as pirâmides da figura (4) se ajustam à esta situação. Todavia, comparando as duas pirâmides nota-se uma ligeira diferença. No caso das mulheres há uma certa irregularidade, isto pode estar associado a falsas declarações de idade, variações na fecundidade e mortalidade no passado, bem como uma elevada

emigração. Por isso há faixas etárias que não obedecem a escadaria, isto é, em que a barra superior é igual ou um pouco mais comprida.

2. Selectividade da Migração

Susan Schkolnik- (in Lattes & Oteiza, 1986:55-56), afirma que “historicamente, as correntes migratórias (...) se caracterizam pela presença predominantemente de indivíduos do sexo masculino em idade economicamente activa (entre 15 e 59 anos aproximadamente)”. Este modelo ajusta-se ao presente caso de estudo (vide anexo-4).

“Para compreender o impacto da migração internacional (ou interna) na estrutura da população dos países (ou lugares) que recebem ou expedem pessoas, é essencial estudar as características dos migrantes em termos de sexo e idade” (United Nations, 1990:54). São de destacar duas novas dimensões, consideradas por Hornby & Jones (1993:103), da teoria do *push-pull*. “Primeiro, a migração é selectiva: em certas vezes pessoas ou grupos específicos são mais prováveis de migrar do que outros. Tal selectividade é conhecida por *‘diferencial migration’*”. “O segundo corolário importante do conceito de *‘push-pull’* é a elasticidade da migração. Este conceito reconhece o facto de que os indivíduos reagem diferencialmente à pressão e estímulos que lideram a decisão para migrar” (Hornby & Jones, 1993:104).

Ainda, segundo eles, “importantes diferenciações são em termos da idade, género e o estatuto sócio-económico. Por exemplo, grande número de migrantes para locais turísticos na Inglaterra são pessoas aposentadas. (...) a migração moderna é

esmagadoramente de alguma natureza económica, de qualquer modo, na sua maioria, predominam jovens e adultos na faixa etária dos 20-34 anos". Entretanto, "a selecção por género apresenta-se variável de acordo com o estágio de desenvolvimento da sociedade" (ibid).

Em termos mais amplos, "os estudos revelam que nos países industrializados as mulheres predominam nas migrações de curta distância enquanto os homens são predominantes nas migrações de longas distâncias. Inversamente, "nos países em desenvolvimento os homens são normalmente majoritários quer, nas migrações internas de curta e longa distâncias, quer nas migrações internacionais. Há indicações que este padrão dos países em desenvolvimento começa a mudar, dado que aumenta, aparentemente, a migração feminina de curtas distâncias em muitos destes países e, especialmente, nos novos países industrializados da Ásia, criando padrões similares dos países desenvolvidos" (Hornby & Jones, 1993:103/4).

A análise que Weeks (1986:182-183) apresenta sobre migração diz respeito às características dos indivíduos por: idade, sexo, e educação. Mas, Garnier s/d, lembra que "o ambiente sócio-cultural no qual a pessoa vive também tem importante influência na tomada de decisão" favorável ou não à ideia para migrar".

Outro aspecto da diferenciação da migração, considerada por Hornby & Jones (1993:104), é que "a idade, o sexo e a estrutura ocupacional no fluxo migratório provoca mudanças de vida nas áreas de origem e do destino potenciais. Em certos

casos, por exemplo, os requisitos específicos para o trabalho numa outra região) fazem com que apenas um grupo particular de idades pode ser elegível para emigrar. Noutros (por exemplos, em tempos de calamidades) a comunidade inteira pode mover-se”.

“Há casos em que se diz que a migração faz uma selecção positiva; naqueles em que os emigrantes se movem para destinos particulares em busca de vantagens [melhoria de condições de vida], ao passo que, por último, os emigrantes podem ser negativamente seleccionados; naqueles em que, talvés, haja pouca escolha na decisão de deslocar-se e (...) na escolha do seu destino” (Hornby & Jones, 1993:104).

Conforme a United Nation (1990:54-96) “tem sido notado que a migração por motivos económicos é altamente selectiva a respeito do género e idade. Geralmente, os emigrantes incluem grande número de homens do que mulheres e, também, tem sido mais representado por pessoas com idade laboral e menos representada nas faixas etáreas correspondente a velhos e crianças”.

Cardona e Simons, citando Bogue-in Du Toit (1975:26), dizem que “a migração tende a seguir uma série de estágios. Primeiro envolvia mais homens do que mulheres. Finalmente, o (...) número de mulheres migrantes aumentou. Por causa da diversificação da economia e especialização no trabalho, as pessoas mais capacitadas (especializadas), numa economia de mercado livre, terão a taxa de emigração mais alta, pelo facto de na cidade haver poucas oportunidades para as pessoas não formadas”. Segundo Garinier (s/d:257/8), “Nos países desenvolvidos homens e

mulheres deixam a zona rural e muitas aldeias ficam povoadas somente pelos que se consideram velhos demais para sair. Nas regiões menos desenvolvidas, como na África, são os homens que emigram mais ou menos para sempre deixando as mulheres na aldeia. Num mesmo país, nota-se, igualmente, diferença entre a zona urbana e rural”.

“O censo de 1997 revelou que 28.6% da população de Moçambique reside nas áreas urbanas e 71.4% nas rurais. Os índices de masculinidade entre as áreas urbanas e rurais são diferentes. Nas primeiras o índice é de 98, indicando quase um equilíbrio entre o número de homens e o de mulheres e, nas segundas, é de 90, indicando um maior número de mulheres do que o de homens. Esta última cifra parece ser o resultado de emigração rural masculina” (INE, I.S.D.1997:2-3). Os índices de masculinidade de Mandimba, segundo idades, constam dos anexos 6a e 6b. Este indicador representa quantos homens há em cada 100 mulheres. Se for maior que 100, então há mais homens, o que não é o caso para Mandimba, aliás, pode observar-se na tabela (5). Mas a proporção entre homens e mulheres reduziu de 89.2, em 1980, para 95.9, em 1997. Uma das explicações mais evidentes é que com o AGP muitos homens (desmobilizados) regressaram. Portanto, em 1980 havia mais mulheres do que homens.

Tabela 5: *Distribuição da População por Sexo e Índice de Masculinidade, distrito de Mandimba, entre 1980 e 1997.*

PERÍODO	TOTAL	HOMENS	MULHERES	Índice de Masculinidade (H/M) * 100
1980	63,304	29,845	33,459	89,2
1997	84,011	41,123	42,888	95,9

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do censo de 1980 e 1997.

3. Obstáculos

Du Toit (1975:23) refere que “os obstáculos para a migração são, basicamente de dois tipos: de ordem física, por exemplo, a distância e a carência de transporte; e de ordem psicocultural, por exemplo, a falta de informação (sobre o local de destino) e medo de enfrentar padrões culturais diferentes para além da língua”. Em Mandimba as estradas constituem um autêntico ‘calcanhar de aquiles’ à mobilidade espacial da população e, também, ao desenvolvimento, devido ao seu estado de intransitabilidade na época chuvosa, pois são estradas viscinhas. Trata-se de um obstáculo de ordem física.

Adepoju (1991c), no seu artigo sobre ‘*Migration in África*’, refere que “o fraco controlo ou policiamento das fronteiras aliado a ausência de traços físicos de delimitação, e a complementaridade da economia entre países vizinhos, para além das afinidades culturais entre grupos étnicos em países diferentes, especialmente, onde as populações (imigrantes e a população anfitriã) falam a mesma língua e compartilha os mesmos costumes, torna nebulosa a distinção entre a migração interna e internacional”. Este factor de ordem cultural é evidente, não só, em Mandimba, como em todas regiões fronteiriças do nosso território em relação aos países vizinhos. “A ligação entre a migração interna e internacional – no contexto africano, e os factores que o influenciam, faz com que Conde (1984), citado por Adepoju, afirme que “geralmente, a migração interna é uma extensão da migração externa” (In Backer e Aina, 1995:93).

4. Causas e Consequências da Mobilidade Espacial da População

“Não é sem motivo que o indivíduo decide mudar-se de um lugar para outro. Garnier (s/d :245-251) considera como causas da migração a “pobreza absoluta, destruição do equilíbrio econômico estabelecido, motivos psicológicos e outras forças que repelem e atraem”. Segundo o mesmo autor, “pode-se atribuir a pobreza absoluta⁷, como sendo causa de muitas das migrações atuais na África, na América Latina e na Ásia”. Em Mandimba, as entrevistas revelam que a sorte económica é, actualmente, motivo da mobilidade da população.

As forças que repelem e atraem é um aspecto a considerar no estudo da mobilidade espacial da população. Segundo Garnier, “uma causa de partida não é em si mesma suficiente, deve haver também algo para atrair os imigrantes”. Ghosh, considera como “causas de *'return migration'* factores sócio-políticos e económicos, envolvendo mecanismos atractivos e repulsivos [nas áreas de origem e de destino], por exemplo: dificuldades de integração social, o desemprego, (...) e política dos governos quanto a migração” (Ghosh (2000:14-15).

O Conflito armado, sendo uma causa política, é visto como um factor repulsivo, pois, constituiu a principal causa de migração em Mandimba. Durante a sua vigência, de entre-outros-motivos-apontados-pela-população-entrevistada, como sendo causa de deslocações ou emigração, este é o mais destacado. Araújo (1988:157) afirma que “a migrações internas [em Moçambique] são, em grande parte, um movimento campo

cidade e os principais fluxos migratórios interprovinciais realizam-se, fundamentalmente, entre províncias limítrofes”. Assim, em Mandimba, os fluxos migratórios derigem-se no sentido das capitais provinciais (áreas urbanas), ou vala, para as províncias vizinhas do Niassa, particularmente, Nampula e Zambézia (cf. Atlas Sócio-demográfico de Moçambique, 2000:17).

Segundo, Muanamoha (1995:59) “ao longo do tempo, as transformações políticas, sociais e económicas, ocorridas no país, foram causando algumas mudanças no padrão de distribuição [da população]. Assistiu-se nas últimas décadas a um fenómeno [de migração forçada]”. As pessoas recorriam, para além das cidades, aos países vizinhos. Agora, o cenário que motiva as deslocações mudou completamente. A Paz constitui, sem dúvida, um factor atractivo. Após o AGP, a migração caracteriza-se por um movimento de retorno. Entretanto as pessoas atravessam, diariamente os limites administrativos com intenções comerciais. Em Mandimba a migração internacional é preponderante para o Malawi. Isto reflecte-se na distribuição espacial da população ao nível distrital, sendo a zona fronteiriça (P.A de Mandimba) onde se concentra mais gente, como mostra o mapa 3-anexo 2. Pois, de acordo com Muanamoha (1995:88/9) “o processo redistributivo da população em Moçambique resulta principalmente da interação de dois factores demográficos, crescimento vegetativo e migração”.

⁷ *Pobreza, pobreza absoluta, pobreza relativa* – «incapacidade de se satisfazer as necessidades básicas das pessoas, isto é, de se atingirem níveis básicos de saúde, nutrição, alojamento, educação e emprego, necessários para poderem aspirar uma vida razoável» (PNUD, 1997 – in Carvalho, 2000:44).

Garnier (s/d: 518-254) considera que “são muitos e variados os efeitos [da migração e traduzem-se] no espaço e em números”. Para além dos efeitos socio-económicos, Ghosh (2000:14/15) acrescenta, também, os geográficos, por exemplo; alteração da paisagem com o movimento dos retornados e mudanças demográficas. “Para o geógrafo as consequências classificam-se em duas séries complementares: i) as áreas de recepção absorvem povos, expandem-se as cidades, os campos povoam-se e abrem-se novas terras; as estatísticas mostram as transformações em números e o mapa mostra as modificações na distribuição [da população], as densidades populacionais aumentadas. ii) inversamente, as áreas de origem vêem sua população diminuir, suas zonas rurais esvaziarem-se e seus campos serem abandonados” (Garnier s/d: 254/261).

As consequências no lugar de chegada – estão-à quem deste estudo. Mas fica a saber-se que; “associações entre o desencanto e a falta de alternativas de trabalho com a migração, resulta no envolvimento de jovens em vários males sociais, por exemplo; no tráfico e no turismo sexual”, sobretudo nas cidades (Castro-in CNPD,2001:17). “A escassez do elemento feminino o encarece e conduz a maus hábitos. Multiplicam-se os divórcios; a prostituição aumenta e passa a ser comércio lucrativo” (Garnier s/d:257).

Como se sabe, a migração é um processo selectivo. “Quando a causa da migração é voluntária, são propensos à migrar: jovens e adultos, na faixa etária dos 20-34 anos, maioritariamente, do sexo masculino. Isto tem efeitos demográficos indirectos, que se traduzem na redução da natalidade no lugar de partida e o seu aumento no lugar de

chegada, e directamente no aumento e ou redução do tamanho da população, em ambos lugares, respectivamente” (Hornby & Jones, 1993:103/4).

“As consequências das grandes migrações” – como as que aconteceram durante o conflito armado em Moçambique, onde comunidades inteiras foram obrigadas a deslocarem-se, isto é, involuntariamente – revelam-se nas estatísticas. Por exemplo, “A proporção entre os sexos pode ser perturbada em maior ou menor grau, e a pirâmide de idades pode assumir formas estranhas, resultante das consequências demográficas da migração, pois, à medida que os movimentos migratórios aumentam ou diminuem, a proporção entre homens e mulheres e a composição de idades da população flutuam” (Garnier, s/d:256/261).

“Durante o período de 1980-1997, a população de Moçambique incrementou em quase 4 milhões de habitantes, o que representa um aumento de 32.7%. A população rural cresceu de 10.5 para 11.5 milhões, ou seja, em 1.0 milhão de pessoas (9.2%); a taxa média anual de crescimento (exponencial) foi de 0.5%. Ainda, a população nas áreas urbanas cresceu de 1.6 para 4.6 milhões, ou seja em 3.0 milhões de pessoas, ou 187.6%; o crescimento médio anual (exponencial) foi de 6.2%. Essa enorme diferença entre o crescimento das populações nas áreas urbanas e rurais foi causada principalmente pela reclassificação no IIRGPH, como urbanas, de algumas áreas consideradas como rurais no censo de 1980. “Os movimentos migratórios rural-urbano também podem ter influenciado o substancial crescimento da população das zonas urbanas” e conseqüente decréscimo nas zonas rurais (IIRGPH-I.S.D,1997:6).

Entretanto, a taxa de crescimento da população de Mandimba no período entre 1980-1997, a seguir calculada, cifra-se em 0.33, isto significa que houve um aumento de 32.7%, ou seja 20,707 mil pessoas, aproximadamente.

$$T_c = \frac{P_t - P_o}{P_o} = \frac{P_{1997} - P_{1980}}{P_{1980}} = \frac{84,011 - 63,304}{63,304} = 0.33$$

Uma das consequências mais evidentes desse crescimento populacional nota-se na densidade populacional do distrito de Mandimba que passou de 14.5 hab/km², em 1980, para cerca de 19 hab/Km², em 1997. No espaço geográfico de Mandimba, vê-se a transformação da paisagem natural, quer para espaço produtivo (machamba), quer destinado ao espaço residencial e outros fins. Castro (2000:14/15) afirma que “a quantificação da capacidade de carga humana⁸ é difícil, isto é, quantas pessoas a terra ou uma dada região pode suportar?”. Apesar disso, pode antever-se maior pressão demográfica sobre os recursos naturais do distrito, pois Mandimba é o terceiro distrito mais populoso e o quarto menor em extensão depois de Ngauma, Nipepe e Metarica. Contudo, ainda não se pode falar de uma eventual sobrepopulação⁹ em Mandimba.

⁸ *Capacidade de carga humana* – «pode ser definida como o número de pessoas repartidas numa dada área ou território que podem, num futuro previsível, manter o nível de vida existente através da utilização de energia, terra, água, capacidade técnica e organização. Ou o número máximo de pessoas que pode ser sustentado perpetuamente numa área, com uma dada tecnologia e um conjunto de hábitos de consumo, sem causar a degradação do ambiente».

⁹ Diz-se que há sobrepopulação numa região quando a população existente excede a capacidade de carga dessa região.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Em conformidade com os objectivos deste trabalho conclui-se que, o conflito armado constitui um factor repulsivo determinante em Mandimba. Durante a sua vigência, a corrente dominante do fluxo migratório era intenso no sentido Mandimba para a vizinha República do Malawi, isto é, migração internacional. Enquanto a paz, alcançada com o AGP, é factor atractivo, motivo pelo qual muitos deslocados terão regressado às suas zonas de origem, formando a contra-corrente. Com a estabilidade política o movimento da população passou a ser intenso nas seguintes rotas: Mandimba para Lichinga e para Nampula (via Cuamba), sendo dominado, essencialmente, por comerciantes.

A selectividade da migração no período em referência, não era significativa, visto que comunidades inteiras foram obrigadas a deslocarem-se. Entretanto, passou a ser significativa com a chegada (imigração) de desmobilizados (maioritariamente do sexo masculino). Este facto é notório na evolução do índice de masculinidade.

Portanto, apesar de ser a maior província do país, Niassa é despovoado devido, ao seu fraco desenvolvimento e a forte emigração da população jovem. Isto reflecte-se no distrito de Mandimba onde as perdas são evidentes na estrutura e tamanho da população em idade escolar e economicamente activa, sendo os jovens e adultos do sexo masculino, nas faixas etárias dos 18 a 34 anos de idade, que vão a procura de emprego ou formação académica.



Confirmam-se os pressupostos aqui testados. As pessoas migram em busca de melhores condições de vida. Contudo, Malawi não pode ser considerado factor atractivo suficiente para tamanho fluxo migratório, pois, a emigração ocorreu por necessidade de segurança e não para a realização individual. Significa que não tinham alternativa e uma das poucas era a cidade capital da província ou então as províncias mais próximas, para onde o deslocamento, particularmente por via terrestre, era arriscado comparativamente a travessia da fronteira para, o vizinho Malawi.

Ao nível demográfico, entre 1980 e 1997, houve um crescimento da população do distrito de Mandimba na ordem de 22%, no qual a migração tem um contributo significativo. Espacialmente, verificou-se um movimento de retirada e de reocupação do espaço, por isso os impactos na ocupação e utilização do solo ainda não são fortes. Entretanto, a paisagem natural vai cedendo lugar ao espaço produtivo (machamba) e residencial.

Em Mandimba, a rede de transportes pode ser considerada um dos principais entraves de movimentação de pessoas e bens e, por conseguinte, do desenvolvimento local, na medida em que dificulta o intercâmbio migratório e comercial.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, Manuel G. .M. (1997) – *Geografia dos Povoamentos: Uma Análise dos Assentamentos Humanos Rurais e Urbanos*. Maputo, 1997, Livraria Universitária, UEM.
2. _____ (1988) – *O Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa, 1988.
3. BAKER, Jonathan & Aina, Tade A.(1995) – *The Migration Experience In África*. Nordiska Afrikainstitutet, 1995.
4. CARVALHO, Ana Pires de, (2000) – *Glossário Demográfico*. CEP-UEM; Maputo, Moçambique, 2000.
5. CLARK, John I. (1984) – *Geography and Population: Approaches and applications*. Oxford, Pregamon Press, c1984.
6. CNPD (2001) – *Migrações Internacionais: Contribuição para Políticas*. Brasília, Agosto de 2001.
7. DURAND, Eduardo & Hilhorst, Jos (1987) – *Problems In Three New Land Settlements In Andean Countries*. I.S.S, December, 1987.
8. DU TOIT, Brian M. & Safa, Helen I. (1975) -- *Migration and Urbanization*, Mouton Publishers, The Hague, Paris, 1975.
9. GARNIER, Beaujeu J. – *Geografia de População*. Editora Nacional, 2ªed., CIP-Brasil, série 2ª, Ciências Sociais, vol. 29 (CEP).
10. GIL, António C.(1989) – *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. ATLAS, S.A, 2ª ed.; São Paulo, 1989.

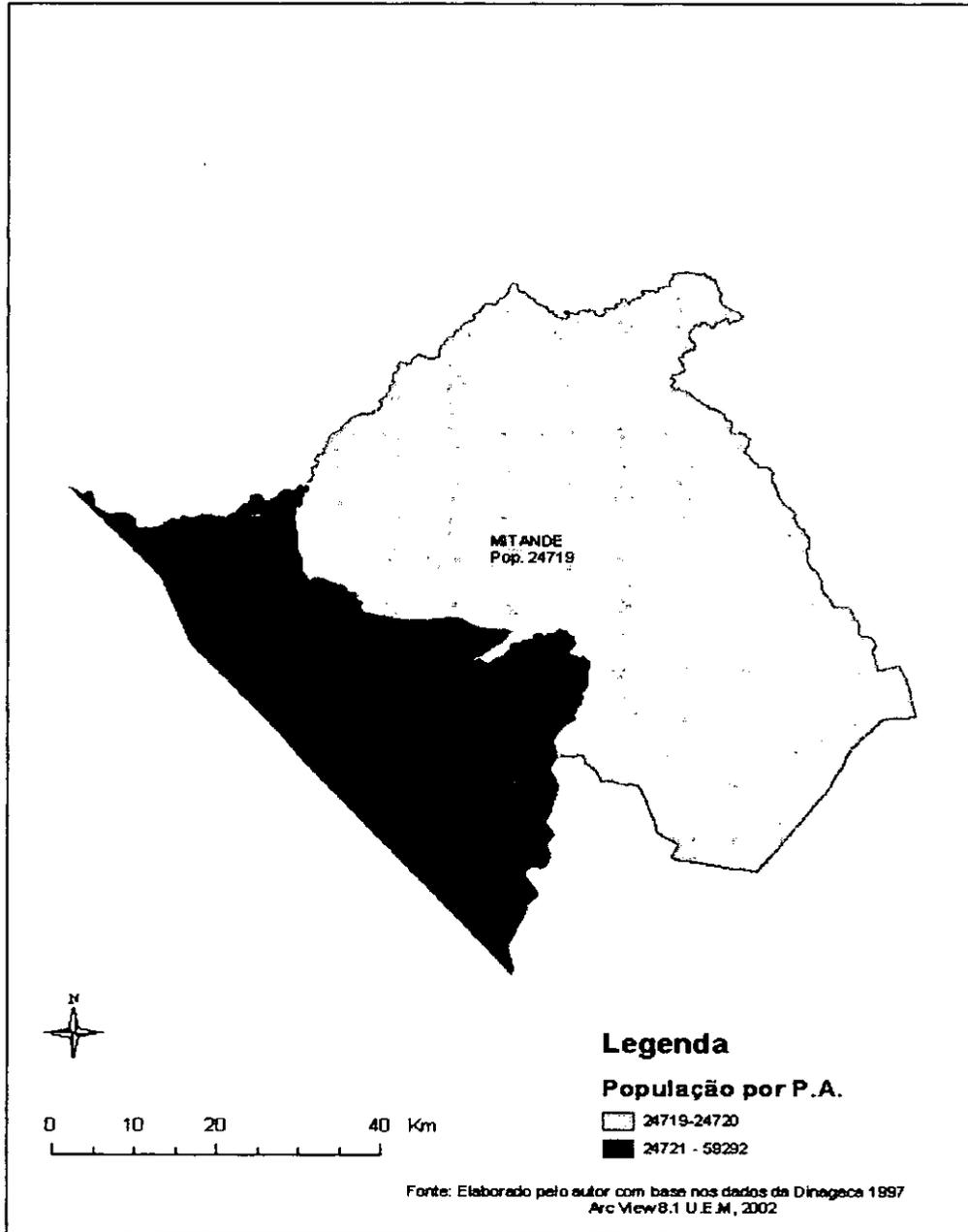
11. GHOSH, Bimal (2000) – RETURN MIGRATION – *Journey of Hope or Despair?* IOM & United Nations, Geneva, 2000.
12. HARRIES, Patrick (1994) – *Work, Culture, and Identity: Migrant Labour in Mozambique and South Africa, c.1860-1910*; (social history of África series II).
13. HORNBY, William F. & Jones, Melvyn (1993) – *An Introduction to Population Geography*, Second Edition, Cambridge, 1993.
14. INE (2000) – *Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique*, INE, 2000.
15. INE (1997) – *II Recenseamento Geral da População e Habitação. Indicadores Sócio-Demográficos*, Moçambique, 1997.
16. _____ Indicadores Sócio-demográficos. Resultados Definitivos, Província de Niassa, 1997.
17. INTERNATIONAL MIGRATION: AN ASSESSMENT FOR THE '90s. – vol. 23, Center for Migration (1989).
18. LATTES, E. Alfredo y Oteiza, Enrique (1986) – *Dinâmica Migratória – Argentina (1955-1984): Democratización y Retorno de Expatriados*; 1ª ed. CENEP/UNRISD – Geneva, 1986.
19. MINED – *Atlas Geográfico* (1986) – Volume 1, 2ª Edição, revista e actualizada, Moçambique.
20. MOÇAMBIQUE – *Recenseamento Geral da População*, – Província de Niassa, 1980. UNFPA – Proj. Moz/86/Po4, CEP.
21. _____ País total, 1980. UNFPA – Proj. Moz/86/Po4, CEP.
22. MUANAMOHA, R. Cardoso (1995) – *Tendências históricas da distribuição espacial da população em Moçambique*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, 1995.

23. MULENGA, Alberto C. (1999) – *Introdução à Estatística*. Departamento de Matemática e Informática - UEM, Maputo, 1999.
24. _____ (1997) – *Teoria de Correlação e Regressão*. UEM, Maputo, 1997.
25. OS DISTRITOS EM NÚMEROS: Niassa (1983) – Conselho Coordenador do Recenseamento, Arquivo Histórico de Moçambique.
26. UNHCR/ UNDP (1996) – *District Development Profiles*. Niassa Province: Mandimba District, July 1996.
27. UNITED NATIONS (1990) – *Trends and Characteristics of International Migration since 1950*. Department of International Economic and Social Affairs, New York, 1990.
28. VICENTE, Paula et all (1996) – *Sondagens*. Lisboa, Edições Sílabo, 1996.
29. WEEKS, John R.(1986) – *Population An Introduction to Concepts and Issues*. -Third Edition, San-Diego State University, 1986.
30. WOODS, Robert & Rees, Philip (1986) – *Population Structures and Models: Development in spatial demography*, London, Allen & Unwin.

A N E X O S

Anexo 2.

Mapa 3: *Distribuição Espacial da População de Mandimba por P.A. 1997.*



Anexo 3a. Distribuição da população do distrito de Mandimba, por idade e sexo, 1997.

Grupos Etários	1997		
	Total	H	M
0a4	16,589	8,055	8,534
5a9	13,866	6,997	6,869
10a14	8,848	4,759	4,089
15a19	7,307	3,431	3,876
20a24	6,737	2,915	3,822
25a29	6,589	2,975	3,614
30a34	5,189	2,603	2,586
35a39	5,219	2,437	2,782
40a44	3,103	1,540	1,563
45a49	3,411	1,727	1,684
50a54	2,114	1,059	1,055
55a59	1,640	860	780
60a64	1,129	574	555
65a69	1,018	504	514
70a74	471	258	213
75a79	400	232	168
80e+	381	197	184
TOTAL	84,011	41,123	42,888

Fonte: adaptado do IIRGPH, Província de Niassa, 1997:7.

Anexo 3b. Distribuição da população do distrito de Mandimba, por idade e sexo, 1980.

Grupos Etários	1980		
	Total	H	M
0a4	11,561	5,710	5,851
5a9	10,953	5,458	5,495
10a14	7,365	3,985	3,380
15a19	5,374	2,734	2,640
20a24	4,467	1,629	2,838
25a29	4,182	1,687	2,495
30a34	3,904	1,628	2,276
35a39	3,285	1,298	1,987
40a44	2,855	1,199	1,656
45a49	2,291	1,040	1,251
50a54	1,930	906	1,024
55a59	1,108	519	589
60a64	1,408	663	745
65e+	2,605	1383	1222
Desc.	16	6	10
TOTAL	63,304	29,845	33,459

Fonte: adaptado do Censo de 1980, Os Distritos em Números-Niassa, distrito de Mandimba, 1983:7.

Anexo 4.

População presente e residente segundo o sexo e grupos etários, província de Niassa - distrito de Mandimba, 1980.

Grupos etários	PRESENTE			POPULACAO RESIDENTE *			PRESENTE, RESIDENTE		
	H+M	H	M	Homens + Mulheres	H	M	Homens + Mulheres	H	M
TOTAL	62,530	29,375	33,155	63,304	29,845	33,459	61,607	28,758	32,849
0a4	11,461	5,654	5,807	11,561	5,710	5,851	11,384	5,621	5,763
5a9	10,706	5,326	5,380	10,953	5,458	5,495	10,656	5,306	5,350
10a14	7,162	3,853	3,309	7,365	3,985	3,380	7,067	3,797	3,270
15a19	5,257	2,680	2,577	5,374	2,734	2,640	5,022	2,487	2,535
20a24	4,491	1,657	2,834	4,467	1,629	2,838	4,320	1,525	2,795
25a29	4,154	1,667	2,487	4,182	1,687	2,495	4,064	1,609	2,455
30a34	3,882	1,607	2,275	3,904	1,628	2,276	3,816	1,563	2,253
35a39	3,266	1,283	1,983	3,285	1,298	1,987	3,236	1,268	1,968
40a44	2,844	1,184	1,660	2,855	1,199	1,656	2,810	1,162	1,648
45a49	2,269	1,017	1,252	2,291	1,040	1,251	2,248	1,007	1,241
50a54	1,923	899	1,024	1,930	906	1,024	1,912	892	1,020
55a59	1,096	510	586	1,108	519	589	1,089	504	585
60a64	1,410	661	749	1,408	663	745	1,396	655	741
65+	2,593	1,372	1,221	2,605	1,383	1,222	2,572	1,357	1,215
Desc.	16	5	11	16	6	10	15	5	10

FONTE: Os Distritos em numeros, Província de Niassa (1983:7).

*População residente - todas as pessoas que tinham residencia habitual no territorio nacional.

Anexo 5.

População por idade e sexo, segundo postos administrativos, vilas e localidades do distrito de Mandimba em 1997.

Local	TOTAL	População de 16 anos e mais	GRUPOS DE IDADE																	
			0	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 a 74	75 a 79	80+
Distrito de Mandimba	84,011	42,918	2,927	13,662	13,866	8,848	7,307	6,737	6,589	5,189	5,219	3,103	3,411	2,114	1,640	1,129	1,018	471	400	381
Homens	41,123	20,347	1,408	6,647	6,997	4,759	3,431	2,915	2,975	2,603	2,437	1,540	1,727	1,059	860	574	504	258	232	197
Mulheres	42,888	22,571	1,519	7,015	6,869	4,089	3,876	3,822	3,614	2,586	2,782	1,563	1,684	1,055	780	555	514	213	168	184
P.A. de Mandimba	59,292	30,317	2,019	9,659	9,776	6,262	5,171	4,789	4,674	3,668	3,733	2,264	2,384	1,455	1,027	789	723	325	290	284
Homens	29,088	14,460	952	4,710	4,960	3,330	2,373	2,033	2,141	1,864	1,791	1,134	1,243	737	558	398	366	182	166	150
Mulheres	30,204	15,857	1,067	4,949	4,816	2,932	2,798	2,756	2,533	1,804	1,942	1,130	1,141	718	469	391	357	143	124	134
Vila de Mandimba	9,751	4,984	307	1,478	1,487	1,242	1,002	1,029	783	681	578	345	312	195	109	81	48	29	16	29
Homens	4,803	2,489	138	705	737	593	487	461	359	366	308	189	188	109	62	42	20	17	9	13
Mulheres	4,948	2,495	169	773	750	649	515	568	424	315	270	156	124	86	47	39	28	12	7	16
Loc. de Mandimba	39,751	20,286	1,383	6,564	6,680	4,038	3,333	2,922	3,184	2,394	2,522	1,535	1,645	1,017	739	583	550	241	212	209
Homens	19,362	9,446	658	3,209	3,413	2,190	1,524	1,200	1,443	1,169	1,179	745	834	486	389	292	272	133	116	110
Mulheres	20,389	10,840	725	3,355	3,267	1,848	1,809	1,722	1,741	1,225	1,343	790	811	531	350	291	278	108	96	99
Loc. de Meluluca	9,790	5,047	329	1,617	1,609	982	836	838	707	593	633	384	427	243	179	125	125	55	62	46
Homens	4,923	2,525	156	796	810	547	362	372	339	329	304	200	221	142	107	64	74	32	41	27
Mulheres	4,867	2,522	173	821	799	435	474	466	368	264	329	184	206	101	72	61	51	23	21	19
P.A. de Mitande	24,719	12,601	908	4,003	4,090	2,586	2,136	1,948	1,915	1,521	1,486	839	1,027	659	613	340	295	146	110	97
Homens	12,035	5,887	456	1,937	2,037	1,429	1,058	882	834	739	646	406	484	322	302	176	138	76	66	47
Mulheres	12,684	6,714	452	2,066	2,053	1,157	1,078	1,066	1,081	782	840	433	543	337	311	164	157	70	44	50
Loc. de Mitande	24,719	12,601	908	4,003	4,090	2,586	2,136	1,948	1,915	1,521	1,486	839	1,027	659	613	340	295	146	110	97
Homens	12,035	5,887	456	1,937	2,037	1,429	1,058	882	834	739	646	406	484	322	302	176	138	76	66	47
Mulheres	12,684	6,714	452	2,066	2,053	1,157	1,078	1,066	1,081	782	840	433	543	337	311	164	157	70	44	50

FONTE: IIRGPH - Resultados definitivos, Provincia de Niassa, 1997:7.

Anexo 6a. Distribuição da população por sexo e índice de masculinidade, segundo idade, distrito de Mandimba, 1997.

IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES	Índice de Masculinidade
TOTAL	84,011	41,123	42,888	96
0 a 4	16,589	8,055	8,534	94
5 a 9	13,866	6,997	6,869	102
10 a 14	8,848	4,759	4,089	116
15 a 19	7,307	3,431	3,876	89
20 a 24	6,737	2,915	3,822	76
25 a 29	6,589	2,975	3,614	82
30 a 34	5,189	2,603	2,586	101
35 a 39	5,219	2,437	2,782	88
40 a 44	3,103	1,540	1,563	99
45 a 49	3,411	1,727	1,684	103
50 a 54	2,114	1,059	1,055	100
55 a 59	1,640	860	780	110
60 a 64	1,129	574	555	103
65 a 69	1,018	504	514	98
70 a 74	471	258	213	121
75 a 79	400	232	168	138
80 e +	381	197	184	107

Fonte: adaptado do IIRGPH, resultados definitivos, Niassa, distrito de Mandimba 1997:7.

Anexo 6b. Distribuição da população por sexo e índice de masculinidade, segundo idade, distrito de Mandimba, 1980.

IDADE	TOTAL	HOMENS	MULHERES	Índice de Masculinidade
TOTAL	63,304	29,845	33,459	89
0 a 4	11,561	5,710	5,851	98
5 a 9	10,953	5,458	5,495	99
10 a 14	7,365	3,985	3,380	118
15 a 19	5,374	2,734	2,640	104
20 a 24	4,467	1,629	2,838	57
25 a 29	4,182	1,687	2,495	68
30 a 34	3,904	1,628	2,276	72
35 a 39	3,285	1,298	1,987	65
40 a 44	2,855	1,199	1,656	72
45 a 49	2,291	1,040	1,251	83
50 a 54	1,930	906	1,024	88
55 a 59	1,108	519	589	88
60 a 64	1,408	663	745	89
65 e +	2,621	1,389	1,232	113

Fonte: adaptado a partir de distritos em números, Niassa - distrito de Mandimba, 1983:7

Anexo 7a.

Distribuição percentual da população por sexo, segundo distrito, provincia da Niassa, 1997.

Distritos	Total	Homens	Mulheres
N(000)	756.3	370.2	386.1
Total	100.0	100.0	100.0
Cidade de Lichinga	11.3	11.6	11.1
Cuamba	16.7	17.1	16.3
Lago	7.4	7.3	7.4
Lichinga	8.3	8.2	8.4
Majune	2.7	2.7	2.8
Mandimba	11.1	11.1	11.1
Marrupa	5.3	5.2	5.4
Maua	5.1	4.9	5.2
Mavago	1.6	1.6	1.7
Mecanhelas	10.1	10.2	10.0
Mecula	1.5	1.5	1.4
Metarica	2.7	2.7	2.7
Muembe	2.5	2.4	2.5
Ngauma	4.5	4.4	4.5
Nipepe	3.4	3.2	3.5
Sanga	5.8	5.8	5.9

FONTE: IIRGPH, Indicadores Socio-Demograficos, provincia de Niassa, 1997:2.

Anexo 7b.

Distribuição percentual da população por sexo, segundo distrito, provincia da Niassa, 1980.

Distritos	Total	Homens	Mulheres
N(000)	468.8	223.0	245.8
Total	100.0	100.0	100.0
Amaramba	17.9	18.4	17.6
Lago	8.0	7.7	8.2
Lichinga	11.0	10.8	11.2
Majune	4.3	4.1	4.5
Mandimba	13.5	13.4	13.6
Marrupa	6.6	6.5	6.7
Maua	12.5	12.5	12.5
Mavago	4.6	4.7	4.6
Mecanhelas	15.1	15.4	14.8
Mecula	1.5	1.5	1.5
Sanga	4.9	5.0	4.9

FONTE: adaptado pelo autor com base no censo de 1980.

Anexo 8.

Matriz de distâncias relativas entre povoações e infraestruturas seleccionadas, distrito de Mandimba.

Parcela	Pontos*	Frequência das distâncias relativa em relação a:			
		Estrada principal	Linha Ferrea	Escola secundaria	Saude
1	4	4	5	12	12
2	3	8	8	12	11
3	1	5	5	9	8
4	2	1	2	7	7
5	2	9	9	9	10
6	6	5	5	7	6
7	30	1	2	3	3
8	1	2	2	4	4
9	9	3	2	16	9
10	5	0	3	5	5
11	55	1	1	1	1
12	27	1	1	2	2
13	4	0	3	17	6
14	9	2	4	14	5
15	40	4	3	11	6
16	16	2	2	7	6
17	37	1	1	5	4
18	50	1	0	6	5
19	11	0	1	18	2
20	74	0	0	16	0
21	43	1	0	13	1
22	25	2	1	8	8
23	20	3	2	9	6
24	2	3	3	10	8
25	26	0	3	15	10
26	10	4	4	16	4
27	27	7	2	13	10
28	7	9	6	14	12
29	12	6	7	16	12
30	4	10	9	21	13

FONTE: elaborado pelo autor com base nas cartas de Mandimba (folhas nº 18, 19, 29, 30).

* Os pontos representam povoações.

Anexo 9:

QUESTIONÁRIO

Data: ___ / ___ / ___.

Ficha nº _____

Localidade: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

Qual é a sua idade? _____ anos. Sexo: _____

Onde nasceu?

Província _____

Distrito _____

Cidade/vila _____

Estrangeiro _____

Onde residia quando acabou a guerra (Outubro de 1992)?

Onde reside actualmente? _____

Qual é a sua actividade? _____

Qual é o seu nível de ensino? _____

Para onde tem se deslocado, por qual motivo e por quanto tempo permanece lá?

QUESTIONÁRIO

Data: ___ / ___ / ___.

Ficha nº _____

Localidade: _____

Nome do entrevistador: _____

Nome do entrevistado: _____

Qual é a sua idade? _____ anos. Sexo: _____

Onde nasceu?

Província _____

Distrito _____

Cidade/vila _____

Estrangeiro _____

Onde residia quando acabou a guerra (Outubro de 1992)?

Onde reside actualmente? _____

Qual é a sua actividade? _____

Qual é o seu nível de ensino? _____

Para onde tem se deslocado, por qual motivo e por quanto tempo permanece lá?
